

UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO

ANA LAURA BIONDO HORTA CELSO

**A CULTURA DE PAZ COMO INSTRUMENTO DE
EMANCIPAÇÃO HUMANA.**

BAURU

2017

ANA LAURA BIONDO HORTA CELSO

**A CULTURA DE PAZ COMO INSTRUMENTO DE
EMANCIPAÇÃO HUMANA.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação da Profa. Ma. Roberta Cava.

BAURU

2017

C3941c	<p data-bbox="446 1373 1267 1422">Celso, Ana Laura Biondo Horta</p> <p data-bbox="446 1444 1267 1556">A cultura de paz como instrumento de emancipação humana / Ana Laura Biondo Horta Celso.-- 2017. 73f.</p> <p data-bbox="446 1624 1267 1668">Orientadora: Prof.^a M.^a Roberta Cava.</p> <p data-bbox="446 1702 1267 1814">Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade do Sagrado Coração - Bauru – SP.</p> <p data-bbox="446 1848 1267 1955">1. Cultura de paz. 2. Emancipação humana. 3. Educação para a paz. 4. Direitos humanos. 5. Igualdade de gênero. I. Cava, Roberta. II. Título.</p>
--------	---

ANA LAURA BIONDO HORTA CELSO

**A CULTURA DE PAZ COMO INSTRUMENTO DE
EMANCIPAÇÃO HUMANA.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação da Profa. Ma. Roberta Cava.

Banca Examinadora:

Profa. Ma. Roberta Cava
Universidade Sagrado Coração

Profa. Ma. Beatriz Sabia Ferreira Alves
Universidade Sagrado Coração

Prof. Me. Fábio José de Souza
Universidade Sagrado Coração

Bauru, 28 de novembro de 2017.

Dedico esse trabalho para todos aqueles que acreditam em um mundo no qual a paz seja capaz de vencer a violência através da justiça, do diálogo, da solidariedade, da tolerância e do respeito por toda e qualquer diversidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço principalmente aos meus pais por tornarem possível a minha graduação e por me lembrarem diariamente do quanto sou capaz de buscar meus sonhos e objetivos. A minha orientadora por toda motivação, companheirismo e dedicação que foram imprescindíveis para a elaboração desse trabalho. Ao meu marido, por ser um parceiro inenarrável e me apoiar em minhas ideias e decisões. Aos meus sogros, por colaborarem com essa jornada e, em especial, ao meu filho por ser a eterna luz da minha caminhada.

[...] meus heróis não são necessariamente os homens e mulheres que possuem títulos, mas os homens e mulheres humildes que existem em todas as comunidades e que escolheram o mundo como palco de suas operações, que julgam que os maiores desafios são os problemas sócio-econômicos que desafiam o mundo, como a pobreza, o analfabetismo, a doença, a falta de moradia, a impossibilidade de mandar seus filhos para a escola. Estes são meus heróis. (Nelson Mandela).

RESUMO

Com o fim da Guerra Fria, novos temas surgiram no cenário internacional fazendo com que as organizações internacionais passassem a incluir de maneira mais efetiva as temáticas da segurança e da paz em suas agendas. Temas como o subdesenvolvimento, a pobreza, a escassez de recursos naturais, a fome, a miséria, o desemprego, etc., passam a serem premissas pontuais dos novos temas, gerando, dessa forma, as novíssimas guerras. Entretanto, esse novo cenário que engloba os Estados, as organizações internacionais e as organizações não-governamentais, se mostra repleto de avanços e desafios no que concerne a fomentação de uma cultura de paz. Desse modo, a presente pesquisa tem como objetivo analisar o surgimento do conceito cultura de paz o âmbito internacional, bem como a criação do Programa de Ação para uma Cultura de Paz e suas premissas. Para tal, foram selecionados três eixos do Programa Cultura de Paz, sendo a educação para a paz, os direitos humanos e a identidade de gênero, utilizando-os como instrumentos que propagam a emancipação humana.

Palavras-chave: Cultura de Paz. Emancipação Humana. Educação Para a Paz. Direitos Humanos. Igualdade de Gênero.

ABSTRACT

With the end of the Cold War, new themes emerged on the international scene, making international organizations more effectively include security and peace issues in their agendas. Issues such as underdevelopment, poverty, scarcity of natural resources, hunger, misery, unemployment, etc., become the premisses of the new issues, thus generating the newest wars. However, this new scenario encompassing States, international organizations and non-governmental organizations is full of advances and challenges in fostering a culture of peace. Thus, the present research aims to analyze the emergence of the concept of culture of peace at the international level, as well as the creation of the Program of Action for a Culture of Peace and its premises. To this end, three lines of the Culture of Peace Program have been selected: education for peace, human rights and gender equality, using them as instruments that propagate human emancipation.

Keywords: Culture of Peace. Human Emancipation. Education for Peace. Human Rights. Gender Equality.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2. CULTURA DA PAZ	12
2.1 PROGRAMA CULTURA DA PAZ	14
2.2 ESTUDOS PARA A PAZ	18
2.2.1 O “TRIÂNGULO DA VIOLÊNCIA” DE GALTUNG.....	21
2.2 AS NOVÍSSIMAS GUERRAS	25
3 FERRAMENTAS EMANCIPATÓRIAS DO PROGRAMA CULTURA DE PAZ.....	31
3.2 OS DIREITOS HUMANOS	34
3.3 IGUALDADE DE GÊNEROS	40
4. VIAS PARA A CULTURA DA PAZ	47
4.1 AÇÕES DA UNESCO	47
4.2 AÇÕES GOVERNAMENTAIS	49
4.3 AÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS	57
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	68

1 INTRODUÇÃO

A expressão “cultura de paz” veio à tona em 1989 com o fim da Guerra Fria. Apesar de os Estudos para a Paz terem se iniciado na década 1960, foi somente no decorrer da década de 1990 que as agendas de organizações internacionais, organizações não-governamentais e também os Estados passaram a incluir as premissas da temática da paz, bem como a promoção da paz.

Tomando esse cenário como referencial, a presente pesquisa se dedica a estudar a cultura de paz enquanto um instrumento que permite alcançar a emancipação humana. Cabe ressaltar aqui que a paz é uma temática constante no âmbito das Nações Unidas desde a sua criação, em 1948, mas é na década de 1990, com a queda do Muro de Berlim, que o conceito é criado. Dessa forma, em um primeiro momento o trabalho propõe sucinta contextualização do cenário internacional na época em que o tema foi criado, a fim de compreender os elementos que contribuíram para a criação do conceito cultura de paz, e assim, criar uma reflexão a respeito do significado histórico da cultura de paz.

Uma vez que identificamos esse processo de idealização e de construção da cultura de paz através do período histórico em se dispõe, a pesquisa expande o seu objetivo, com o intuito de refletir sobre como o conceito de cultura de paz se expande e passa a ser identificado em nível global e não apenas no espaço compreendido pelas Nações Unidas. Para tanto, o trabalho intitulado “A Cultura de Paz como Instrumento de Emancipação Humana” salienta a atuação da UNESCO no que diz respeito à condução da proposta de cultura de paz no cenário internacional, bem como de que maneira os Estados e as organizações não-governamentais contribuíram para a propagação da cultura de paz.

Dessa maneira, a pesquisa não se limita apenas a analisar o conceito de cultura de paz no que tange a ONU e a UNESCO, mas também analisa os elementos que compõem o seu entorno. A compreensão do contexto histórico em que a cultura de paz foi criada, bem como das dinâmicas do âmbito internacional que dizem respeito a essa criação, articulando de que forma as questões entre paz, guerra e violência se misturam no cenário internacional, bem como suas consequências econômicas, políticas e sociais. Consequentemente, se faz necessário refletirmos acerca do desenvolvimento da cultura

de paz enquanto conceito criado e aceito tanto pelos governos e como pelas instituições internacionais, além de integrar as demandas da sociedade civil.

Para tanto, o primeiro capítulo do presente trabalho traz uma análise do contexto de formação do conceito cultura de paz, destacando o caminho percorrido para a institucionalização do conceito enquanto programa de ação pela UNESCO e pela ONU, denominado “Programa Cultura de Paz”. Esta etapa ainda trata dos “Estudos para a Paz” e o “Triângulo da Violência de Galtung”, que conceituam os tipos de violência que dão ênfase às “Novíssimas Guerras”.

O segundo capítulo discorre a respeito de três eixos temáticos selecionados para a presente pesquisa dentre os oito eixos adotados pela ONU em 1999 através do Programa de Ação para uma Cultura de Paz, sendo eles a educação para a paz, os direitos humanos e a igualdade de gênero. O intuito da pesquisa nesse capítulo, além da apresentação dos eixos temáticos selecionados, é refletir acerca da importância dos mesmos para a propagação de uma cultura de paz efetiva e de que maneira eles se entrelaçam.

O terceiro e último capítulo propõe relacionar os âmbitos nos quais a cultura de paz se desenvolve e que modo se efetiva, bem como seus respectivos conceitos e quais as ferramentas que cada um utiliza para a construção da paz. Dessa forma, o capítulo está dividido em três partes, sendo elas as “Ações da UNESCO”, “Ações governamentais” e “Ações de organizações não-governamentais”.

No que tange às ações da UNESCO, a pesquisa faz uma breve varredura histórica acerca da concepção do Programa Cultura de Paz e seus primeiros programas desenvolvidos. Tratamos das ações governamentais e do dever do Estado, bem como suas funções primordiais, de que maneira a cultura de paz pode emanar das leis, a importância da participação da sociedade civil através das políticas públicas. Aqui, o objetivo é refletir acerca se a participação do Estado realmente se mostra em prol de uma cultura de paz e em quais momentos o Estado se faz falho, citando alguns exemplos que ocorreram recentemente no âmbito internacional que vão contra as premissas de uma cultura de paz.

O trabalho possui caráter descritivo e foi realizado a partir de exploração bibliográfica, trazendo uma fundamentação qualitativa acerca das questões que tangem a cultura de paz como instrumento de emancipação humana. A coleta de material,

reportagens e levantamento de biografia acerca da criação da cultura de paz no âmbito da UNESCO e da ONU, bem como seu desenvolvimento nos órgãos governamentais e não-governamentais, deu o suporte necessário para refletirmos a respeito da temática da paz e de que modo ela pode realmente se efetivar e de quais meios utiliza, fazendo com que pensemos em um cenário de paz mais real e menos utópico.

2. CULTURA DA PAZ

O presente capítulo tem como objetivo discorrer a respeito da criação da Cultura de Paz, bem como de sua devida importância, na agenda internacional, tanto dos Estados, das organizações internacionais e, também, das organizações não-governamentais.

O conceito “cultura da paz” foi criado no âmbito da Guerra Fria como resultado das novas ameaças à segurança e à paz internacionais. Apesar de o tema ser tratado no âmbito das Nações Unidas desde a sua criação, em 1948, foi logo após a queda do Muro de Berlim, que o surgimento das ameaças nucleares em escala global, o desmatamento, a fome, a miséria, etc., eclodiram no cenário internacional e colocaram em xeque a preocupação dos Estados, das organizações governamentais e das organizações não-governamentais, de passarem a incluir em suas agendas a questão da promoção da paz.

Entretanto, foi a partir de 1986 que a UNESCO assumiu o compromisso de se aprofundar na temática da paz e se dedicar à construção do conceito e fenômeno da cultura da paz. A Declaração de Sevilha sobre a Violência, desse mesmo ano, é um dos documentos norteadores da concepção do termo “Cultura de Paz”. Essa declaração trouxe constatações que fizeram com que a UNESCO reforçasse o discurso de que a violência pode ser evitada, uma vez que é totalmente relacionada ao comportamento do homem. Dessa forma, a paz pode ser uma construção a ser introduzida culturalmente na mente dos homens.

Mas qual é o verdadeiro significado de paz? Podemos somente atribuir a mesma o conceito de “um estado frágil e temporário que antecede e sucede a guerra”? Por se tratar de um tema de ampla complexidade e de indubitável importância para a humanidade como todo, é necessário analisarmos o contexto histórico-social e fazermos uma varredura nos conceitos para chegarmos ao significado que o termo *paz* representa hoje no século XXI e que será o principal objeto desse estudo.

A paz é um conceito tratado desde sempre, porém Kant o retrata no âmbito filosófico de maneira marcante. Depois, os autores realistas vão retomar o pensamento dele, mas com outras perspectivas. Com Kant a paz rompe com as ideologias religiosas justamente por receber um caráter jurídico-político e é também com a proposta kantiana que a ideia de construção passa a ser utilizada para definir a paz. Assim, tomar a paz

como uma ideia ligada à construção social é a principal correspondência entre os autores a serem apresentados nesse estudo.

Até o século XX podemos dizer que o conceito de paz estava relacionado a um viés negativo, pensado de uma maneira bem restrita – a mera ausência de guerra. Mas após o século XX, mais precisamente após a Segunda Guerra Mundial, os Estudos para a Paz ou *PeaceResearch*, surgiram como uma nova área de estudos em prol da paz. Tal disciplina é responsável por compreender as raízes dos conflitos e procurar meios de soluções pacíficos para a solução dos mesmos.

Um dos estudiosos mais notáveis da *Peace Research* é o norueguês Johan Galtung, considerado um dos pioneiros nos Estudos para a Paz. Galtung inova ao atribuir duas percepções da paz: a paz negativa, a qual representa a ausência de violência direta, e a paz positiva, a qual representa a ausência de violência estrutural. Ainda de acordo com Galtung ele postula:

A paz é, é claro, a ausência de violência de todos os tipos, direta (física e também verbal), estrutural, cultural; dirigido ao corpo, mente ou espírito de algum outro Ser, humano ou não. Uma conceituação mais pragmática e dinâmica da paz seria: a paz é a condição para que os conflitos sejam transformados de forma criativa e não violenta. O foco é então sobre o conflito, e não sobre a paz. A paz é um contexto (interno e externo) para uma maneira construtiva de lidar com o conflito.

A partir do trecho acima, definimos então o conceito de paz para esse estudo e também a definimos como o objeto para o mesmo. Porém, se é “na mente dos homens que a guerra começa – e - é na mente dos homens que as defesas de paz devem ser construídas”, quais seriam os meios para a efetivação dessa paz? Quais seriam as maneiras capazes de tornar a mente do homem voltada para a paz e não para a guerra?

O preâmbulo da Constituição da UNESCO rege que:

O propósito da Organização é contribuir para a paz e a segurança, promovendo cooperação entre as nações por meio da educação, da ciência e da cultura, visando a favorecer o respeito universal à justiça, ao estado de direito e aos direitos humanos e liberdades fundamentais afirmados aos povos do mundo¹.

Complementa ainda que:

A paz baseada exclusivamente nos arranjos políticos e econômicos dos governos não seria uma paz que pudesse assegurar o apoio sincero, unânime e

¹ UNESCO. **Constituição das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura**. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001472/147273por.pdf>>. Acesso em 03 de setembro de 2017.

duradouro dos povos do mundo, e que a paz, para que perdure, deve, por esse motivo, ser fundada sobre a solidariedade moral e intelectual da humanidade².

Uma vez que a Constituição rege que para que a paz perdure é necessário a “solidariedade moral e intelectual da humanidade” fica escancarada a necessidade de unirmos nossos esforços, como sociedade e como indivíduos, para uma efetiva construção da paz. De nada adianta as Organizações Internacionais, as Organizações Não-governamentais e até mesmo os Estados criarem movimentos em prol da paz se não criarmos em nossas atitudes pessoais a crescente visão de um mundo com “princípios de tolerância, solidariedade, respeito à vida, aos direitos individuais e ao pluralismo”.

Sendo assim, a construção da paz se propõe a criar e estimular pensamentos e cenários em que a paz seja priorizada, a fim de que os problemas sociais, políticos e ambientais, que vem se acumulando desde o desenvolvimento do capitalismo, sejam evitados. O surgimento da violência, do crime e dos comportamentos destrutivos nos mostram a grande tarefa que todos nós temos de enfrentar para transformar os padrões atuais, responsáveis por promoverem tanta guerra no mundo.

Nesse sentido, a partir do meio da década de 190, a UNESCO se lança ao desafio de ampliar a difusão da temática da paz no cenário internacional. Esse movimento culminou com a criação do conceito de cultura de paz, e do Programa de Ação para a Cultura de Paz, como trataremos a seguir.

2.1 PROGRAMA CULTURA DA PAZ

Fazendo uma breve varredura histórica, existem algumas datas-chaves no esforço pela paz e pela não-violência: em 1899 é criada a Conferência de Haia para a Paz; em 1919 surge a Liga das Nações, em um esforço de buscar a segurança internacional após a I Guerra Mundial; em 1945 cria-se a Organização das Nações Unidas (ONU), em resposta aos horrores da II Guerra Mundial. Trata-se de um grande passo para o caminho da construção de uma cultura da paz, complementado pela criação da sua agência especializada em educação, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e

² UNESCO. **Constituição das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura**. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001472/147273por.pdf>>. Acesso em 03 de setembro de 2017.

Cultura (UNESCO), ambas com o mesmo intuito de “preservar as futuras gerações do flagelo da guerra”³.

Entretanto, apenas a partir da década de 1990 a proposta de se construir uma cultura de paz se faz evidente, uma vez que a concepção de paz passa por um novo alargamento nesse período – aqui a mesma não poderia mais ser classificada como ausência de guerra ou ausência de violência - deixando evidente a necessidade em se falar na construção de uma cultura de paz. Segundo Federico Mayor, ex-diretor geral da UNESCO, “cultura de paz” são ações, maneiras de vida, comportamentos, hábitos e atitudes que favorecem a paz⁴.

Mais precisamente em 1986, a Declaração de Sevilha sobre a Violência, assim como a Declaração de Yamoussoukro, traz primordialmente a noção de “Cultura de Paz”. O documento trouxe a percepção de que a guerra é uma prática exclusiva dos seres humanos, destacando que tanto a paz quanto a guerra são construções humanas e que a sua existência está atrelada a vontade e comportamento adotados pelos indivíduos e sociedades.

Foi a partir das noções trazidas pela Declaração de Sevilha que a UNESCO reforçou seu discurso de que a violência pode ser evitada e adotou a declaração em 1989, abrindo caminho para as discussões realizadas no Congresso Internacional sobre a Paz na Mente dos Homens, que ocorreu no mesmo ano.

Foi nesse congresso conduzido pela UNESCO, realizado em Yamoussoukro, na Costa do Marfim, que a “cultura de paz” foi debatida no âmbito da organização. O documento obtido nesse encontro, a Declaração de Yamoussoukro, tem grande diferencial por incluir temas que iam além do âmbito militar e das agendas de segurança internacionais e abre espaço para a discussão de temas como o subdesenvolvimento, mudanças climáticas, dívidas externas dos países em desenvolvimento, pobreza, exclusão social, desemprego, etc.

Em fevereiro de 1994, durante o primeiro *Fórum Internacional sobre a Cultura de Paz*, realizado em San Salvador (El Salvador), o então Diretor-Geral da UNESCO Federico Mayor, lançou o debate internacional acerca do estabelecimento de um direito

³ ONU. **Constituição Das Organizações Das Nações Unidas**. 1945. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/carta/>>. Acesso em 02 de setembro de 2017.

⁴ UNESCO. **Constituição Da Organização Das Nações Unidas Para A Educação, A Ciência E A Cultura**. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001472/147273por.pdf>>. Acesso em 03 de setembro de 2017.

de paz – projetado de maneira superficial na Declaração de Viena de 1993 – na qual afirmava-se que os direitos humanos, a democracia e o desenvolvimento são interdependentes e reforçam-se mutuamente.

Mas foi em 1995 que os Estados-Membros da UNESCO decidiram que a Organização deveria dirigir todos os seus esforços em direção à Cultura de Paz. Na estrutura da Estratégia de Médio Prazo, que foi de 1996 a 2001, o projeto transdisciplinar denominado "*Rumo à Cultura de Paz*" foi estabelecido. Tal projeto contava com ONGs, associações, coletividades, jovens e adultos, redes de jornalistas, rádios comunitárias e líderes religiosos de todo o mundo trabalhando ativamente em favor da paz, da não-violência e da tolerância a fim de disseminar a Cultura de Paz.

No ano de 1997, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou o ano 2000 o Ano Internacional da Cultura de Paz, sob a coordenação geral da UNESCO. O ano 2001 foi proclamado Ano Internacional da Cultura de Paz, e o período de 2001 a 2010 a "*Década Internacional por uma Cultura de Paz e Não-Violência para as Crianças do Mundo*".

A esse respeito,

O Ano Internacional da Cultura de Paz é uma oportunidade de aumentar a conscientização, bem como encorajar o surgimento de um movimento universal para a promoção da paz, e estabelecer um sistema de rede de informações para conectar os indivíduos com as organizações relevantes⁵.

Mesmo trabalhando em uma variedade de campos de atuação, a missão exclusiva da UNESCO é a construção da paz:

O propósito da Organização é contribuir para a paz e a segurança, promovendo cooperação entre as nações por meio da educação, da ciência e da cultura, visando a favorecer o respeito universal à justiça, ao estado de direito e aos direitos humanos e liberdades fundamentais afirmados aos povos do mundo⁶.

Entretanto a Cultura da Paz, enquanto movimento, iniciou-se formalmente em 1999 pela UNESCO, com o intuito de prevenir situações que possam vir a ameaçar a paz e a

⁵ **COMITÊ PAULISTA PARA A DÉCADA DA CULTURA DE PAZ 2001-2010.** Disponível em: <<http://comitepaz.org.br/comitepaz-wp/index.php/cultura-de-paz-atraves-da-educacao/>>. Acesso em 06 de setembro de 2017.

⁶ **UNESCO. Constituição Da Organização Das Nações Unidas Para A Educação, A Ciência E A Cultura.** Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001472/147273por.pdf>>. Acesso em 06 de setembro de 2017.

segurança – como o desrespeito aos direitos humanos, a discriminação e a intolerância, exclusão social, pobreza extrema e degradação ambiental – tendo a conscientização, a educação e a prevenção como suas principais ferramentas.

De acordo com a UNESCO, a cultura da Paz “está intrinsecamente relacionada à prevenção e à resolução não-violenta de conflitos” e se fundamenta nos princípios de tolerância, solidariedade, respeito à vida, aos direitos individuais e ao pluralismo. Em sua busca pela paz, a Organização parte do princípio de que a violência ainda persiste, no entanto, com uma nova face.

Apesar de as formas tradicionais de conflito e guerra terem diminuído, os orçamentos para segurança da maioria dos países permanecem elevados, especialmente para o desenvolvimento de armamentos inteligentes de alta tecnologia, enquanto que os orçamentos destinados ao desenvolvimento social são constantemente reduzidos. Nas duas últimas décadas, os conflitos internacionais aumentaram, exacerbando as diferenças étnicas e religiosas⁷.

Por isso os programas, incentivos, mobilizações e ações de toda a humanidade – humanidade porque aqui englobam-se os Estados, Organizações Internacionais, Regionais, ONG’S e toda e qualquer sociedade civil – são de extrema importância para a tarefa vital de fazermos uma transição de uma cultura de guerra para uma cultura de paz, abraçando todos os desafios e oportunidades que esse caminho pode nos oferecer, visando a tão desejada construção de um novo mundo, em favor da paz e não violência, as quais devem-se tornar realidade para todos os indivíduos.

Com o objetivo de buscar alternativas e soluções para questões que angustiam e preocupam cada vez mais a humanidade, a cultura da paz não foca somente na questão da violência, mas procura colocar a paz como “um estado social de dignidade onde tudo possa ser preservado e respeitado.” Segundo o documento da UNESCO, a cultura da paz tem como base oito eixos que auxiliam a sustentar os desafios da construção de uma cultura da paz efetiva. São eles:

1. Educação para uma cultura de paz;
2. Tolerância e solidariedade;
3. Participação democrática;
4. Fluxo de informações;

⁷ **COMITÊ PAULISTA PARA A DÉCADA DA CULTURA DE PAZ 2001-2010.** Disponível em: <<http://comitepaz.org.br/comitepaz-wp/index.php/cultura-de-paz-atraves-da-educacao/>>. Acesso em 06 de setembro de 2017.

5. Desarmamento;
6. Direitos humanos;
7. Desenvolvimento sustentável,
8. Igualdade de gêneros⁸.

O presente trabalho irá discorrer nas etapas subsequentes a respeito das temáticas da Educação para uma cultura de paz, Direitos humanos e Igualdade de gêneros, bem como dos Estudos para a Paz.

2.2 ESTUDOS PARA A PAZ

Tendo em vista o longo percurso que o conceito cultura de paz percorreu para se formar e se consolidar, nessa etapa do trabalho iremos discorrer a respeito do caminho para o desenvolvimento de um novo campo de estudos das Ciências Humanas, denominado estudos para a paz.

Diante dos resultados avassaladores da Segunda Guerra Mundial a sociedade internacional se encontrava fragilizada com o nível de violência do conflito e continuo com o objetivo – interrompido em 1939 – de criar mecanismos internacionais que fossem capazes de contribuir para a segurança internacional e para a prevenção de conflitos, visando á manutenção da paz.

Foi nesse cenário, em 1945, que se criou a Organização das Nações Unidas (ONU) e juntamente com ela também foram criadas outras instituições internacionais, como o Banco Mundial, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e outras que dispunham do mesmo objetivo de atrelar os Estados em interesses pactuados para a busca de consensos entre os povos, regidos pelos princípios da cooperação, deixando a competição de lado. A criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), no âmbito das Nações Unidas, também seguia os mesmos princípios⁹.

Entretanto, podemos dizer que os estudos para a paz surgiram ao final da década de 1950, em universidades e centros de pesquisas nos Estados Unidos e na Europa e

⁸ UNESCO. **Cultura De Paz: Da Reflexão À Ação.** Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001899/189919por.pdf>>. Acesso em 06 de setembro de 2017.

⁹ NAÇÕES UNIDAS. **Agendas, Fundos e Programas.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/organismos/>>. Acesso em: 02 de setembro de 2017.

que, desde o seu surgimento como área disciplinar organizada, os estudos para a paz tentam provar que a paz não é um ideal utópico, ou um estado ocasional entre guerras inevitáveis, mas sim um objeto de pesquisa acadêmica a ser estudado por seus próprios meios e efetivado através de políticas concretas¹⁰. Nesse sentido, o campo dos estudos para a paz vem acumulando conceitos, teorias, métodos e análises empíricas, formando um conjunto de conhecimento capaz de compreender as causas dos conflitos violentos e os corresponder com as condições de paz adequadas.

O primeiro passo importante que devemos dar rumo à compreensão dos estudos para a paz é mudarmos o trajeto da direção simplista que reduz o conceito de paz ao resultado ou consequência da guerra. Seguindo uma nova direção, nesse trabalho trataremos a paz como objeto de pesquisa acadêmica. Johan Galtung, considerado como uma das principais referências nessa área de estudos, postula que a paz é um tópico intenso e complexo demais para ser compreendida de maneira tão limitada por meio de disciplinas tradicionais como a História e/ou o Direito Internacional.

Galtung acredita que o conceito de paz deve ser permanentemente problematizado e que a pesquisa das condições para a paz deve “ligar o abismo existente entre o ‘tradicional’ e o ‘moderno’ nas ciências sociais”¹¹, a fim de criar uma rede de pesquisadores de diversas disciplinas como psicologia, sociologia, politologia, etc, tornando os pesquisadores dessa rede integrados a fim de maximizar o campo teórico dos estudos de paz.

Tendo traçado o primeiro aspecto característico dos estudos de paz, que advém da ambição de tornar a paz uma “ciência normativa” e fazer da mesma objeto de estudo acadêmico, o segundo aspecto característico diz respeito a sua auto definição como área interdisciplinar. Existem duas grandes revistas da área que evidenciam tal aspecto característico. A *Journal of Conflict Resolution* trouxe na sua primeira edição observações interessantes dos editores no que diz respeito aos assuntos internacionais.

Os editores relataram que tais assuntos têm sido de domínio – quase que exclusivo – dos “historiadores e cientistas políticos”, bem como de profissionais “como diplomatas e militares”; porém, a prevenção da guerra requer que se vá além, trazendo para esse domínio os conhecimentos produzidos pelos sociólogos, psicólogos, educadores e

¹⁰ CARVALHO, Gilberto, **Rev. Carta Inter**. Belo Horizonte, v. 12, n. 1, 2017, p. 5-12.

¹¹ Tradução livre: “to bridge the gap between ‘traditional’ and ‘modern’ social sciences”.

pioneiros da ciência behaviorista, afirmam os editores¹². O *Journal of Peace Research* enfatiza também, em seu primeiro editorial, a necessidade que a pesquisa da paz tem – e deve – ser interdisciplinar¹³.

Galtung defende que, estimulados pelo diálogo e o intercâmbio intelectual dentro de uma rede interdisciplinar, os pesquisadores da paz caminhem para a transdisciplinaridade, ou seja, para uma crescente síntese e integração das perspectivas e abordagens dessas diversas disciplinas dentro das suas mentes individuais¹⁴.

O terceiro aspecto que se sobressai nos estudos da paz é a característica multinível que a mesma possui. Ou seja, aqui os estudos da paz assumem um compromisso de “olhar para os diversos níveis implicados na formação dos conflitos e nas condições para a paz, incluindo o individual, o comunitário, o estatal e o internacional”.¹⁵ A esse respeito,

De fato, a tradicional centralidade do Estado e as convencionais fronteiras entre as esferas interna e externa que marcam as Relações Internacionais têm sido desafiadas pelos estudos da paz desde os seus momentos iniciais, devido ao caráter unidimensional e redutor que essas categorias impõem ao estudo dos conflitos e da paz¹⁶.

Mesmo os conflitos internacionais sendo os principais focos de preocupação pertinente dos estudos de paz, não podemos apenas nos limitar a ideia de que apenas as linhas que “cruzam a humanidade”, ou seja, as fronteiras entre os Estados, são as únicas responsáveis por criarem obstáculos à integração e acentuam “a disposição para usar a violência”. Portanto, quando usamos o Estado como o único elemento capaz de definir o nível de análise nos estudos da paz, estamos sendo reducionistas e desviando nosso caminho do olhar globalizante que tais estudos necessitam. Precisamos considerar as outras formas de fronteiras existentes, e que se fazem igualmente importantes na formação e divisão de grupos, tais como linhas étnicas, religiosas, sociais ou econômicas, e que são potencialmente capazes de produzir certa hostilidade que leva à violência¹⁷.

¹² JCR. An Editorial. **Journal of Conflict Resolution**, v. 1, n. 1, 1957, p. 1-2.

¹³ JPR. An Editorial. **Journal of Peace Research**, v. 1, n. 1, 1964, p. 4.

¹⁴ GALTUNG, Johan. **Twenty-Five Years of Peace Research: Ten Challenges and Some Responses**. *Journal of Peace Research*, v. 22, n. 2, 1985, p. 141-158.

¹⁵ CARVALHO, Op. Cit. p. 5-10.

¹⁶ CARVALHO, Op. Cit. p. 12.

¹⁷ JPR. An Editorial. **Journal of Peace Research**, v. 1, n. 1, 1964, p. 1-4.

Por fim, podemos citar os elementos epistemológicos da paz como agentes de extrema importância para a problematização dos estudos da paz. Galtung traz em seu projeto, desde o início de sua obra, duas perspectivas epistemológicas distintas para o conceito de paz sendo uma positiva e a outra negativa. Desse modo, a paz negativa seria simplesmente a “não-guerra”, ou ainda a ausência de guerra e da violência direta. O papel importante das pesquisas de paz aqui é a preocupação com as manifestações de violência explícitas, sendo esse o principal motivo para que os pesquisadores busquem soluções através da compreensão das causas, razões, dinâmicas e formas de lidar com os efeitos do conflito e da guerra.

É nesse contexto que temas como a diplomacia, mediação, negociação e outros instrumentos de resolução pacífica de conflitos servem de instrumento para os pesquisadores, bem como o papel que as organizações internacionais e o direito internacional exercem para o controle da guerra; desarmamento e controle de armas nucleares; o papel das organizações não-governamentais e de outros mecanismos não-oficiais na resolução de conflitos e quaisquer outras formas de violência, física e estrutural.

Já a paz positiva é considerada de caráter mais complexo, uma vez que intitula a necessidade da “construção de um sistema social global integrado” no qual as mudanças sociais possam ser alcançadas por meios não violentos. Aqui os pesquisadores se relacionam com temas relacionados às questões de gênero, direitos humanos, desenvolvimento, bem-estar social, educação para a paz, questões ambientais, pluralismo e diversidade cultural; redução da pobreza; desigualdades sociais; diálogo e compreensão em todos os níveis, desde o interpessoal até o internacional.¹⁸

2.2.1 O “TRIÂNGULO DA VIOLÊNCIA” DE GALTUNG

Na obra intitulada *Violence, Peace and Peace Research*, Galtung parte do ponto de que só é possível estudar a paz tomando conhecimento do que a violência significa. De uma forma simples o autor enfatiza que para existir a violência é necessária a também a

¹⁸ GALTUNG, Johan. **Pacifism from a Sociological Point of View**. *Journal of Conflict Resolution*, v. 3, n. 1, 1959, p. 67-84.

existência de um sujeito, um objeto e de uma ação¹⁹. Porém, a violência não deve ser entendida como singular, uma vez que seu conceito é bem mais extenso pela sua capacidade de se transmutar frente às situações diversas.

Na construção de Galtung, a violência é dividida em dois campos que se diferem de seu principal conceito. O primeiro campo é o das violências invisíveis no qual se aplica a Violência Direta, que é aquela que trata de um acontecimento ou evento e tem como fenômeno a agressão, como por exemplo, um homicídio, um assalto, um estupro consumado ou um genocídio. E ainda, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) a violência direta consiste em:

Uso intencional da força física ou poder, ameaçado ou efetivo, contra a si mesmo, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resulte em ou tenha uma alta probabilidade de resultar em ferimentos, morte, dano psicológico, deformações ou privação.²⁰

Os meios para combater a violência direta são variados, porém no âmbito das políticas estatais tais meios tendem a ser sempre baseados em mecanismos de punição para os agressores, seja para satisfazer o desejo de vingança da sociedade, para amedrontar novos possíveis agressores ou até mesmo para os colocarem em prisões ou hospícios com o intuito de os excluírem do convívio social, tendo ou não a intenção de os reeducarem para conviverem em sociedade.

Já no segundo campo, denominado invisível, encontramos a Violência Estrutural e a Violência Cultural. E foi a partir da denominação dos três aspectos da violência, a Direta, a Estrutural e a Cultural, que foi concebido o chamado “Triângulo da violência” de Galtung, tendo a violência estrutural inserida nas estruturas sociais e se que relacionando diretamente com as injustiças sociais que se associam com a exploração, a discriminação, a alienação, a distribuição de recursos e a marginalização. A definição clássica de violência estrutural também pertence a Galtung, que postula:

Nós nos referiremos ao tipo de violência onde há um agente que comete a violência como violência pessoal ou direta, e a violência onde não há tal ator como violência estrutural ou indireta. Em ambos os casos indivíduos podem ser mortos ou mutilados, atingidos ou machucados em ambos os sentidos dessas palavras, e manipulados por meios de estratégias de cenoura e porrete. Mas enquanto no primeiro caso essas consequências podem ter sua origem traçada de volta até pessoas e agentes concretos, no segundo caso isso não é mais significativo.

¹⁹ GALTUNG, Johan. **Violence, Peace and Peace Research**. Journal of Peace Research, v. 6, n. 3, 1969, p. 167-191.

²⁰ Krug et al., 2002, p. 5.

Talvez não haja nenhuma pessoa que diretamente cause dano à outra na estrutura. A violência é embutida na estrutura e aparece como desigualdade de poder e consequentemente como chances desiguais de vida²¹.

Sendo assim, a violência estrutural se torna mais complexa principalmente no que diz respeito às suas formas de combate quando comparada com a violência direta. Como por exemplo, a desigualdade social, que ainda se faz tão presente no Brasil, pode ser diminuída em grande escala com um melhor acesso à educação. Quando temos uma grande estrutura de organizações criminosas, como o narcotráfico, que de maneira ou de outra acabam gerando “empregos” para os jovens de suas comunidades, também temos a educação como o instrumento principal, uma vez que uma melhor educação formará melhores profissionais capacitando esses jovens para as oportunidades do mercado formal de trabalho. Outros exemplos que podemos citar como violência estrutural são os relacionamentos abusivos, que em grande parte levam a crimes passionais, e os casos de estupros; ambos também podem ser evitados por meio de intervenções educativas e de conscientização.

E por último, mas também de extrema importância, temos a violência cultural, que está intrinsecamente ligada aos traços culturais e às identidades coletivas de comunidades políticas, sociais ou religiosas. Aqui a violência não precisa necessariamente aparecer como direta ou indireta, mas como justificadora ou legitimadora de determinada violência.

Por ser um elemento que está introduzido na própria linguagem podemos dizer que a violência cultural seria uma invariante, uma vez que as mudanças nesse contexto podem ser difíceis de enxergar tornando o processo debilitado e lento. De acordo com Galtung:

Por ‘violência cultural’ nós queremos dizer aqueles aspectos da cultura, a esfera simbólica da nossa existência – exemplificada pela religião e a ideologia, a linguagem e a arte, a ciência empírica e formal (lógica, matemática) – que pode ser utilizada para justificar ou legitimar a violência direta ou estrutural. (...) A violência cultural faz com que a violência direta e estrutural apareça, ou mesmo seja sentida como, correta – ou ao menos não errada. Assim como a ciência política trata de dois problemas – o uso do poder e a legitimação do uso do poder – os estudos da violência são sobre dois problemas: o uso da *violência* e a *legitimação desse uso*²².

²¹ GALTUNG, Johan. **Violence, Peace and Peace Research**. Journal of Peace Research, v. 6, n. 3, 1969, p. 167-191.

²² GALTUNG, Johan. **Cultural Violence**. Journal of Peace Research, v. 27, n. 3, 1990, p. 291.

Ademais, é necessário admitirmos que “cultura” é um conceito muito amplo. Segundo Galtung, quando utilizamos o conceito de violência cultural é importante sabermos que:

Culturas inteiras dificilmente podem ser classificadas como violentas; essa é uma razão para preferir a expressão “o Aspecto A da cultura C é um exemplo de violência cultural” a estereótipos culturais como “a cultura C é violenta”²³.

Esse conceito é crucial para não cairmos em um erro comum e generalizado que acaba criando injustiças que têm se tornado comum no debate público contemporâneo como, por exemplo, dizer que uma religião inteira é a causa de determinado problema ou até mesmo determinado gênero musical.

Temos o conceito de “paz cultural” sendo o oposto de violência cultural, ou seja, uma cultura que legitime ações no sentido da paz direta – contrária à violência direta – e da paz estrutural – contrária à violência estrutural. Entretanto, há a contradição de que impor uma determinada cultura sobre a outra é um tipo de violência cultural²⁴. Portanto para evitarmos tal situação precisamos ter consciência de que o processo de mudança cultural é mais lento do que os demais retratados acima e que provavelmente se dará a partir de algum tipo de diálogo entre as partes. Tal processo exige certo nível de critério ao apontar qual é o elemento violento que determinada cultura apresenta a fim de não reproduzir injustiças e novas formas de violência cultural.

Galtung surge com os conceitos citados acima num contexto internacional que já vinha sendo influenciado com a ideia de uma ordem mundial alternativa e também pelas questões de identidade, tendo ambos os aspectos como impactantes no estudo da política internacional no pós Guerra Fria. É a partir desse ponto que as questões relacionadas à paz e à segurança se tornam preocupantes e passam por uma reorientação totalmente nova. O crescente número de conflitos civis advindos da periferia do centro desenvolvido do continente africano (Ruanda, Serra Leoa, Sudão, República Democrática do Congo, etc.), desenvolvem as chamadas “novas guerras”, que criam também novos parâmetros para redefinir os estudos das causas da guerra e as condições para a paz. Sendo assim, no próximo tópico abordaremos de que maneira as novíssimas guerras passar a redefinir o cenário internacional e os desafios que ela trazem para a propagação da cultura de paz.

²³ Ibid, p. 291.

²⁴ Ibid, p. 297.

2.2 AS NOVÍSSIMAS GUERRAS

O novo cenário geopolítico advindo com o fim da Guerra Fria trouxe um caráter multifacetado para o cenário internacional, marcado por uma complexa mistura de atores governamentais e não-governamentais, acentuando as divisões étnicas, culturais e religiosas, além da degradação do meio ambiente e escassez de recursos naturais. Nesse capítulo, iremos discorrer de que modo surgem os conflitos nesse novo cenário e os desafios que os mesmos trazem para a cultura de paz.

O fim da Guerra Fria trouxe uma ilusória sensação de que seria também o fim da preocupação da sociedade internacional que uma guerra nuclear ou as disputas armamentistas e ideológicas pudessem eclodir novamente. Entretanto juntamente com o surgimento de novos atores internacionais no pós Guerra Fria, surgem também novos conflitos marcados principalmente por questões étnicas e religiosas, lutas separatistas, atentados terroristas, além das disputas por riquezas naturais, que comprometem a paz entre as nações e a segurança internacional, abrindo espaços para as novíssimas guerras.

As novas guerras (guerras informais, guerras privatizadas ou ainda “conflitos de baixa intensidade”) apresentam características distintas das guerras “tradicionais”, uma vez que o nosso cenário geopolítico sugere que as guerras já não ocorrem mais entre os Estados, mas dentro deles. Segundo Mark Duffield²⁵, os conceitos das novas guerras vão além das expressões de ruptura e passam a ser entendidas pelo o que ele denomina de *network war*, isto é, *guerras em rede não territoriais*²⁶.

Tais guerras se desenvolvem no entorno dos Estados envolvendo redes privatizadas de atores estatais e não estatais que apresentam competências para atuar além do território definido pelos governos. Essas guerras são responsáveis por minimizar as diferenças entre governos, pessoas e exércitos e por redefinirem o sentido das

²⁵ Mark Duffield é professor emérito e ex-diretor do Global Insecurities Center. Ele também é professor honorário na Escola de Governo e Sociedade da Universidade de Birmingham. Duffield ensinou nas universidades de Cartum, Aston e Birmingham e realizou bolsas em Sussex, Leeds e Lancaster. Ele completou recentemente oito anos como membro do Conselho Científico do Instituto Flamengo da Paz de Bruxelas e é membro do Rift Valley Institute, Londres e Nairobi. Fora da academia, durante a década de 1980, ele era o representante do país da Oxfam no Sudão. University of Bristol. Disponível em: <<http://www.bristol.ac.uk/spais/people/person/mark-r-duffield/>> Acesso em 14 de outubro de 2017.

²⁶ DUFFIELD, Mark. **Global Governance and the New Wars: The Merging of Development and Security**. London: Zed Books, 2001.

fronteiras, que anteriormente eram consideradas bem definidas e que agora se tornam mais maleáveis.

A globalização favorece essa transição por justamente alterar a noção de fronteira. Analisando a partir do processo histórico as fronteiras tinham como uma de suas principais funções regular as relações territoriais de um determinado povo em um determinado local, com o objetivo de garantir a identidade nacional bem como a soberania de cada Estado. No mundo globalizado essa noção de identidade nacional passa a assumir uma nova face devido ao grande número de livre circulação de pessoas pelas fronteiras. Língua, cultura e diversidade de cada povo passam a ser colocadas em uma arena global devido principalmente ao livre comércio.

Nesse sentido podemos dizer que a globalização é responsável por, ao mesmo tempo, integrar – devido ao livre comércio e a livre circulação de pessoas pelo mundo – e fragmentar – por criar mais desigualdade social, “invadir” culturas (principalmente com o *American Way of Life*²⁷) e por gerar intolerâncias étnicas e religiosas. Entretanto, de acordo com a “Agenda para a Paz” de 1992 o então Secretário-Geral Boutros-Ghali discorre que:

O globalismo e o nacionalismo não precisam ser vistos como tendências opostas, condenados a estimular-se em extremos. A globalização saudável da vida contemporânea exige, em primeira instância, identidades sólidas e liberdades fundamentais. A soberania, a integridade territorial e a independência dos Estados dentro do sistema internacional estabelecido e o princípio da autodeterminação para os povos, de grande valor e importância, não devem ser autorizados a trabalhar uns contra os outros no período que se avizinha. O respeito pelos princípios democráticos em todos os níveis da existência social é crucial: nas comunidades, nos Estados e na comunidade dos Estados. Nosso dever constante deve ser manter a integridade de cada um ao encontrar um modelo equilibrado para todos²⁸.

É nesse novo cenário mundial, marcado por uma complexa mistura de atores tanto governamentais como não-governamentais, acentuadas divisões étnicas, religiosas e culturais, degradação do meio ambiente com uma profunda escassez de recursos naturais, que as novas guerras se manifestam. Entretanto o problema central que esses novos conflitos trazem é justamente o seu caráter multifacetado, pelo qual não é possível

²⁷ O *American Way of Life* (estilo de vida americano) é uma expressão aplicada para definir o estilo de vida dos cidadãos americanos no que diz respeito autoimagem. Na política o *American Way* expressa a “superioridade” da democracia americana no livre comércio e na competição exacerbada. KLICK EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://www.klickeducacao.com.br/conteudo/pagina/0,6313,POR-1307-10082,00.html>> Acesso em 14 de outubro de 2017.

²⁸ NAÇÕES UNIDAS. A/47/277. **An Agenda for Peace**. New York: United Nations, 1992. Acesso em 14 de outubro de 2017. Tradução livre nossa.

determinar a redução ou o fim da violência e que, enquanto isso, continua a se prolongar dificultando os esforços para a resolução de conflitos e para a consolidação da paz.

Diante da persistência desses conflitos que estão atrelados à violência estrutural (gravíssimos desequilíbrios naturais) e a violência cultural (questões étnicas e religiosas que marcam as identidades dos conflitos), temos que destacar os desenvolvimentos institucionais no âmbito da UNESCO, que trazendo os estudos da paz para o seu modelo de intervenções, foram responsáveis por influenciar de maneira positiva a expansão doutrinária das operações de paz, principalmente nos anos de 1990 e 2000.

Foi também no mesmo documento da “Agenda para a Paz” de 1992 em que foi defendida a necessidade de um envolvimento mais efetivo de toda comunidade internacional na prevenção e gestão dos conflitos violentos. Para alcançar tal resultado, Boutros-Ghali preconiza quatro tipos de operações que devem ser aplicadas em conjunto: resolver os conflitos antes que a violência o faça primeiro (preventive diplomacy); parar o conflito pós a violência desencadear (peacemaking); manutenção da paz para travar os conflitos e preservar a paz uma vez que é alcançada (peacekeeping) e a consolidação da paz pós-conflito para impedir a reincidência da violência entre as nações e os povos, através de mudanças estruturais eficazes para a redução das desigualdades sociais (peacebuilding)²⁹.

Diante desse cenário, a partir dos anos 1990, o número de operações de paz da ONU tem um aumento expressivo e apresenta mudanças significativas no que diz respeito as suas composições e as suas ações. No quesito composição as mudanças ocorrem uma vez que as operações de paz começam a integrar atores diversos, como policiais, agentes humanitários, diplomatas, militares, organizações não-governamentais, empresas privadas de segurança. Além dessa maior diversidade na sua composição as funções exercidas também passam por mudanças como dito anteriormente. A partir desse ponto, as operações de paz passam a englobar um raio mais extenso que envolve atividades de natureza política, militar e humanitária.

Entretanto, nesse modelo expansionista de intervenções da ONU estão implícitas tanto a mobilização de esforços para influenciar coercitivamente os fazedores de ou os próprios conflitos que produzem uma paz negativa, quanto as próprias condições para criar uma paz positiva por meio de medidas políticas, econômicas, culturais,

²⁹ **UNA AGENDA PARA LA PAZ**, BOUTROS-GALHI. Disponível em: <<http://www.relacionesinternacionales.info/ojs/article/view/285.html>>. Acesso em 10 de setembro de 2017.

humanitárias e legais que sejam aptas para a promoção das mudanças sociais necessárias para a consolidação da paz.

Se por um lado essa união dos estudos da paz com o âmbito institucional da UNESCO significa a realização do ideal normativo da disciplina, situando a pesquisa de paz no que se pode chamar de “*policy-oriented mainstream*”³⁰, por outro lado, houve uma progressiva adoção de aparato militar e de operações com mandatos para o uso da força perante autorização sob o capítulo VII da Carta da ONU³¹, que traem inquestionavelmente os propósitos de transformação e emancipação primordiais dos estudos da paz.

É diante desse modelo de intervenções da ONU, e da direção que o mesmo estava seguindo, que emerge a preocupação relacionada à transformação dos conflitos com base na ideia de que os conflitos persistentes não podem ser “resolvidos”, mas sim “transformados”. De acordo com Galtung “a paz é a transformação do conflito de forma criativa e não violenta”³² e postula que essa transformação deve englobar as atitudes, bem como os comportamentos e contradições que resultam em conflitos sociais, para que a paz, de maneira mais extensiva possível, seja finalmente alcançada. Sendo assim, Galtung parte da premissa de que os conflitos são intrínsecos as relações humanas e que desse modo não podem ser negados, mas sim transformados por meio de um complexo processo³³.

Tal processo se torna complexo à medida que nesse novo cenário há também novas características de violência, “assim como é difícil distinguir entre o político e o econômico, o público e o privado, o militar e o civil, [seja] também cada vez mais difícil distinguir entre a guerra e a paz”³⁴. Isto é, nesses novos tipos de guerra não há uma zona clara e definida de guerra ou de paz. Os novos conflitos acontecem o tempo todo sem que nem sempre tenhamos conhecimento de seus motivos, suas dimensões e suas características.

Como exemplo podemos citar um ataque terrorista que ocorreu recentemente em Mogadíscio capital da Somália, deixando mais de trezentos mortos por duas explosões de

³⁰ PUREZA, José Manuel; CRAVO, Teresa. **Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz**. Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 71, 2005, p. 10.

³¹ O capítulo VII da Carta da ONU se refere a: “Ações relativas aos tratados de paz, rupturas da paz e atos de agressão”.

³² GALTUNG, Johan. **Peace by Peacefull Means**. London: SAGE, 1996, p. 9. Tradução livre nossa: “peace is nonviolent and creative conflict transformation”.

³³ Ibid, p. 9.

³⁴ KALDOR, Mary. **LasNuevas Guerras. Violencia organizada enla era global**. Barcelona: Tusquets Editores, 2001, p.143.

veículos-bomba em pontos comerciais da cidade. A autoria do crime, segundo autoridades locais, está relacionada ao grupo terrorista Al-Shabab, a milícia jihadista que agonia a região com ataques frequentes. Os números de mortos e feridos, o caos e o medo que se instalou em um país que tem sua história ligada à guerra, à pirataria no Oceano Índico, ao terrorismo do Al Shabab e à seca extrema, formam apenas mais um dos inúmeros cenários de violência extrema que vêm ocorrendo pelo mundo a fora, com características de guerra civil, mas que são tratados como conflitos locais ou de baixa intensidade, principalmente pela mídia.

Nesse contexto, Duffield argumenta que “as novas guerras são organicamente associadas a um processo de transformação social: a emergência das novas formas de autoridade e de zonas de regulação alternativa”³⁵. Podemos dizer que o caso dos jihadistas citado acima se encaixa nesse contexto como “novas formas de autoridade” e que, utilização da luta violenta contra governos autoritários a fim de eliminar os obstáculos para restaurar a lei de Deus na Terra defendendo a comunidade muçulmana, como “zonas de regulação alternativa”. Entretanto os termos “luta violenta” e “governos autoritários” são contraditórios na busca pela cultura de paz.

Um governo autoritário claramente não baseia seus princípios e ações prosperando uma cultura de paz, pelo contrário, utiliza-se da violência como seu principal instrumento emancipador. Segundo o artigo 5º da Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz³⁶, “os governos têm função primordial na promoção e no fortalecimento de uma Cultura de Paz”. É dentro desse contexto que a criação de novas pazes se faz demasiadamente necessário, de modo que ascendam novas pazes sejam capazes de solucionar os conflitos respeitando a diversidade cultural, as variadas etnias e religiões, tendo a tolerância e buscando sempre a solução pacífica de conflitos.

Assim o caminho para a paz possui inúmeros instrumentos auxiliares para a concretização da mesma. Entretanto só podemos ser capazes de alcançá-la se todos trilharmos no mesmo caminho juntos, sem distinções sociais, raciais, políticas, de sexo ou de gênero, mas sim como seres humanos que possuem em seu âmago o profundo desejo de paz entre os homens.

³⁵ DUFFIELD, op.cit., p.14. Tradução livre nossa.

³⁶ NAÇÕES UNIDAS. A/RES/53/243. **Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz**. 1999.

No capítulo subsequente iremos discorrer sobre os eixos temáticos selecionados do programa cultura de paz que nos servem como instrumentos nessa jornada incessante pela cultura de paz e não-violência.

3 FERRAMENTAS EMANCIPATÓRIAS DO PROGRAMA CULTURA DE PAZ

Os oito eixos temáticos que compõe o programa Cultura de Paz³⁷, foram aprovados pela Assembleia Geral de acordo com a Declaração sobre uma Cultura de Paz aprovada em 1999, tendo em sua resolução 52/15 de 1997 na qual exaltou o ano 2000 como o “Ano Internacional da Cultura de Paz” e a sua resolução 53/25 de 1998, na qual anunciou o período de 2001-2010 como a “Década Internacional para uma Cultura de Paz e não-violência para as crianças do mundo”. Nesse capítulo, iremos discorrer a respeito de três eixos os quais foram selecionados para o presente trabalho, sendo eles a educação para a paz, os direitos humanos e a igualdade de gênero, uma vez que representam ferramentas extremamente importantes em prol de uma cultura de paz.

3.1 A EDUCAÇÃO PARA A PAZ

Fazendo uma breve contextualização histórica vamos partir de dois momentos importantes e distintos, mas que reúnem esforços paralelos na história da Educação para a paz. Um deles se dá a partir da Primeira Guerra Mundial e sugere uma reforma pedagógica e escolar por parte dos próprios educadores europeus, que se sentiram responsáveis em criar uma ação imediata que se baseava na ideia de alcançar a paz através da educação devido à imensa devastação causada pela Primeira Guerra. Já o segundo momento aparece com o fim da Segunda Guerra Mundial e seus principais autores são os cientistas, de inúmeras áreas, com suas pesquisas voltadas para as causas da guerra e as condições de paz, denominadas *Peace Research*, como tratamos anteriormente.

Entretanto, o ponto crucial se refere ao caráter universal que a educação para a paz deve possuir no sentido de que só pode ser concreta em nível global, ou seja, a paz não faz distinções e deve ser para todos e por todos. Tendo todos os indivíduos igualados a

³⁷ De acordo com o Programa Cultura de Paz são eles: Educação para uma Cultura de Paz; Desenvolvimento Social e Econômico Sustentável; Direitos Humanos; Igualdade de gêneros; Participação Democrática; Compreensão, Tolerância e Solidariedade; Livre circulação de Informações e Conhecimento; Paz e Segurança Internacionais.

seres semelhantes que são regidos pelas mesmas leis, um determinado ser não causaria guerra e destruição ao seu semelhante, uma vez que o afetará na mesma proporção. Ainda de acordo com Galtung:

A educação deve excluir em si mesma não somente a violência direta, mas também a violência estrutural. Hoje em dia não é habitual que se imponha a educação mediante a violência direta: os dias do castigo corporal ficaram relativamente para trás. A violência estrutural, no entanto, está presente e adota as formas usuais: uma divisão do trabalho muito vertical que, nesse caso, se expressa mediante a comunicação unidirecional; fragmentação dos receptores dessa comunicação, o que impede o desenvolvimento da interação horizontal, a organização e, em última instância, inverter a direção da comunicação³⁸.

O meio utilizado pelos educadores deve ser sempre o diálogo ou método dialógico, que diz respeito à conscientização sobre a violência e os caminhos para a paz, mantendo tanto os alunos como os professores distantes da violência estrutural. Somente o diálogo é capaz de reunir experiências individuais e as integrar para produzir uma ação que possa ser efetiva para transformar determinado problema. A não-violência deve ser exaltada além da teoria e da prática envolvendo todos os profissionais da educação, os estudantes, o país e toda a comunidade para juntos caminharmos para o mesmo propósito.

De acordo com a UNESCO, a educação vista pelo ângulo da não-violência deve se orientar de modo a:

Aprender sobre nossos direitos, responsabilidades e obrigações; Aprender a viver juntos, respeitando nossas diferenças e similaridades; Desenvolver o aprendizado baseado na cooperação, baseado no diálogo e na compreensão intercultural; Ajudar as crianças a encontrar soluções não violentas para resolverem seus conflitos, experimentarem conflitos utilizando maneiras construtivas de mediação e estratégias de resolução; Promover a valores e atitudes de não violência: autonomia, responsabilidade, cooperação, criatividade e solidariedade; Capacitar estudantes a construir juntos, com seus colegas, seus próprios ideais de paz³⁹.

Os programas voltados para a educação devem ser incentivados acarregar consigo tais premissas, visando sempre a condição do diálogo pacífico e da não-violência. Como exemplo, podemos citar o programa Abrindo Espaços: educação e cultura para a paz, criado em 2008 pelo setor de Ciências Humanas e Sociais da UNESCO no Brasil. O programa visava à inclusão social por meio da abertura das escolas nos finais de semana

³⁸ GALTUNG, Johan. **Peace by Peacefull Means**. London: SAGE, 1996, p. 136.

³⁹ UNESCO. **Cultura de paz**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/sociais-and-human-sciences/culture-of-peace/>>. Acesso em 20 de outubro de 2017.

com o intuito de oferecer aos jovens e à comunidade atividades voltadas ao lazer, bem como esportivas e artísticas.

Dentre os diversos programas criados pela UNESCO e por organizações não-governamentais é importante ressaltar que os trabalhos dos educadores para a paz se dão a partir da experiência histórica de suas regiões. Ou seja, em países marcados pelas guerras e conflitos sangrentos o objetivo fundamental se baseia em evitar novas tragédias. Já em países menos desenvolvidos economicamente, a violência estrutural tem sido a maior preocupação e relaciona as diretrizes da educação para a paz com uma educação baseada na justiça, na igualdade de oportunidades e de desenvolvimento.

Entretanto ainda ficamos obcecados por uma possível ameaça de armas nucleares que seriam capazes de instaurar uma “Terceira Guerra Mundial”. No início desse ano presenciamos essa situação com a intensificação da atividade militar da Coreia do Norte testando a capacidade de novos mísseis e com uma ameaça de retaliação enérgica por parte do então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, se um novo teste nuclear ocorresse. Esses testes recentes levam a crer no desenvolvimento de um míssil balístico intercontinental capaz de atingir os Estados Unidos⁴⁰. Levando em consideração o histórico de guerras nada amistoso entre as duas nações, Kim Jong Un líder norte-coreano, não se contentou com a postura de Trump e as ameaças virtuais deixaram a sociedade internacional preocupada com uma possível Terceira Guerra Mundial.

Enquanto “meninos mimados” regem nações, num conflito que diz mais sobre ego e demonstração de poder frente à sociedade internacional do que sobre uma ameaça iminente para as suas respectivas nações, no “Terceiro Mundo” há pessoas que ainda morrem de fome todos os dias e problemas como a desnutrição, a falta de saneamento básico, a injustiça social e acesso restrito à educação se fazem muito mais impactantes para a ascensão da violência, tanto a nível nacional como transnacional.

Por isso, mais do que educar *sobre* a paz devemos educar *em* paz. Quando apenas falamos sobre a paz ela se torna um objeto quase utópico e distante da realidade das pessoas que vivem diariamente como reféns da violência estrutural. Imaginemos um educador falando *sobre* a paz para uma comunidade que tem a violência intrínseca em seus indivíduos, como por exemplo, as favelas do Rio de Janeiro tomadas pelo tráfico de drogas e trocas de tiros diárias pelas invasões policiais. Como esses jovens poderiam

⁴⁰ “GUERRA” ENTRE EUA E COREIA DO NORTE. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-41392140>>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

ouvir sobre a paz e se identificar se a realidade que eles conhecem é totalmente controversa a essa ideia? É nesse contexto que o educar *em paz* se mostra o caminho mais eficiente para trilharmos rumo a uma cultura de paz.

O educar *em paz* não diz respeito a uma disciplina voltada para os estudos da paz, mas sim sobre ensinar as disciplinas básicas, como português, matemática e história, tendo em mente que o mais importante é como ensinamos. Dessa maneira podemos formar seres humanos para a paz através da formação básica escolar, tendo em mente que as relações de diálogo entre educadores e educandos devem ser uma via de mão dupla e atuar como o principal instrumento emancipador.

Destacamos aqui a relevância da educação para a paz na proposta e difusão da proposta de uma cultura da paz. A seguir, refletiremos a respeito da importância dos Direitos Humanos.

3.2 OS DIREITOS HUMANOS

A *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, de 1948, foi redigida na esteira das massivas violações aos direitos humanos e grande número de mortos durante a II Guerra Mundial. Trata-se de um documento amparados nos fundamentos da liberdade, da justiça e de garantir a paz no mundo, uma vez que:

O desconhecimento e o desprezo dos direitos do Homem conduziram a atos de barbárie que revoltam a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os seres humanos sejam livres de falar e de crer, libertos do terror e da miséria, foi proclamado como a mais alta inspiração do Homem⁴¹.

Sendo assim, o Estado se torna responsável pelo reconhecimento, consolidação e institucionalização para que os direitos humanos se tornem componentes do direito vigente. Desse modo os direitos humanos saem do campo da idealização e se tornam parte obrigatória do direito e deveres dos Estados.

Entretanto, cabe ressaltar aqui que esse texto, a despeito de ter sido redigido no âmbito das Nações Unidas, e contar com a adesão da maioria dos países, não possui caráter normativo, apenas recomendatório, assentado, portanto, na premissa fundamental de união e boa-fé entre os Estados da ONU.

⁴¹ NAÇÕES UNIDAS. **Preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos do Homem**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>>. Acesso em: 20 de outubro de 2017.

No âmbito dos Estados, podemos definir os direitos humanos como superiores, uma vez que não são apenas concessões da sociedade, mas representam a própria natureza humana já que nascem com o homem. De acordo com Höffe:

Os direitos humanos são padrões morais aos quais uma ordem jurídica deveria se submeter quando signatária da referida carta da ONU. Enquanto, os direitos fundamentais são os direitos humanos efetivamente reconhecidos por uma ordem jurídica ou constitucional⁴².

Além das características de que são inatos, fundamentais e universais eles também são caracterizados como absolutos, pois pode-se exigir seu respeito de qualquer pessoa, autoridade ou comunidade; necessários: não diz respeito a um fato contencioso mas sim uma necessidade da própria natureza humana; inalienáveis, uma vez que pertencem à essência o ser humano sendo impossível renunciar, transferir ou transmitir sob nenhum título; invioláveis, de modo que nenhum indivíduo ou autoridade pode atentar contra eles; e imprescritíveis, ou seja, não caducam e nem se perdem com o tempo⁴³.

A *Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz* traz em seu programa medidas para promover o respeito a todos os direitos humanos como: a formulação de planos nacionais para promover e proteger todos os direitos humanos; fortalecimento das instituições nacionais na esfera dos direitos humanos; alcançar os objetivos da Década das Nações Unidas para a educação na esfera dos direitos humanos; promover a Declaração Universal dos Direitos Humanos em todos os níveis; apoiar mais significativamente as atividades que o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos realiza em seu mandato, estabelecido na resolução 48/141 da Assembleia Geral de 1993, bem como outras responsabilidades estabelecidas em resoluções subsequentes⁴⁴.

Sendo assim, os direitos humanos representam as condições mínimas necessárias para uma vida digna e constituem o mandato fundamental da ONU, que postula que seu objetivo fundamental é de:

⁴² HÖFFE, Otfried. *Justiça Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 417.

⁴³ CALLO, Jorge IvánHübner. *Panorama de losDerechos Humanos*. Buenos Aires: Editora da UBA, 1977, p.11-12.

⁴⁴ NAÇÕES UNIDAS, A/RES/53/243, *Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz*. 1999. Disponível em: <<http://www.comitepaz.org.br/download/ONU.pdf>> Acesso em 20 de outubro de 2017.

Preservar as gerações futuras do flagelo da guerra, que por duas vezes, trouxe sofrimentos indizíveis a humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano⁴⁵.

No que tange à cultura de paz, o tema dos direitos humanos é retomado de forma enfática a partir da década de 1990 com a finalidade de contribuir para o caminho para a paz seguindo o princípio de que quando respeitados os direitos humanos servem como combatentes a constrangimentos individuais ou de grupos sociais, propiciando um cenário mais ou menos proporcional no que diz respeito aos termos sociais, que por sua vez, pode vir a moderar os conflitos entre grupos étnicos, religiosos, sociais, etc.

Os conflitos na Bósnia e na África, ocorridos na década de 1990, trouxeram uma particularidade à temática dos direitos humanos pelos genocídios e diversos atentados à dignidade humana. Simultaneamente, no âmbito da política internacional, os direitos humanos viraram uma justificativa quase que satisfatória, propiciando inclusive as intervenções de caráter multilateral, assim como o conflito na Bósnia presenciou.

Nesse contexto, os direitos humanos assumem o papel de um instrumento de *soft power*, uma vez que permite a atuação de forças internacionais no âmbito nacional de determinados países. Contudo, ao mesmo tempo, violações aos direitos humanos traziam uma grande repulsa e reprovação da comunidade internacional⁴⁶.

Apesar disso, noticiamos diversos casos a respeito de abusos por parte dos "capacetes azuis" em Operações de Manutenção da Paz, as chamadas *Peacekeeping*, que são instrumentos para a resolução de conflitos que a ONU utiliza, e que, portanto devem respeitar os princípios da organização, regidos pela Carta das Nações Unidas de 1945.

Essas operações são lideradas pelo *Department of Peacekeeping Operations* (DPKO) e têm como função primordial criar condições em zonas de conflito para que a paz se restabeleça. Militares, polícia e civis trabalham em conjunto nessas operações a fim de trazerem de volta a segurança, a estruturação política e o apoio visando à consolidação da paz.

⁴⁵ **PREÂMBULO DA CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/carta/>>. Acesso em 20 de outubro de 2017.

⁴⁶ **A INTERDEPENDENCIA COMPLEXA E A QUESTÃO DOS DIREITOS HUMANOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.** Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1584/1052>>. Acesso em 20 de outubro de 2017.

Entretanto, devido ao grande aumento das missões de paz, tanto nos seus propósitos como nas funções realizadas pela mesma, abriu-se espaço para um aumento nas interações entre os participantes das missões com a população local. É aqui que um grave problema ganha visibilidade: os abusos e as explorações sexuais nas Missões de Paz da ONU⁴⁷.

Foi com o passar dos anos que os capacetes azuis começaram a ser acusados de estarem envolvidos com crimes como o tráfico humano, a prostituição forçada, sexos com menores de idade, estupro e troca de sexo por alimentos, bens básicos e até mesmo empregos⁴⁸. Dentre os abusos cometidos os mais comuns que foram relatos eram os contra as mulheres, psicológicos, infantis e de civis.

Foi no campo do Camboja que um dos primeiros casos de denúncia de abuso sexual por parte dos capacetes azuis foi notificado. Nesse caso, a Autoridade Provisória das Nações Unidas no Camboja (UNTAC) foi criticada por estar envolvida com as tropas de paz em casos de prostituição. Também foi relatado que durante a presença da UNTAC no país houve um aumento exponencial nos bordéis e casas de massagem e também no número de prostitutas na capital do país, de seis mil para vinte mil, aumentando também os índices de HIV⁴⁹.

A questão é que não existiam diretrizes gerais dentro no sistema dessas Operações de Paz da ONU que discorressem a respeito dos problemas como o abuso e a exploração sexual, pressionando o *Department of Peacekeeping Operations* (DPKO) a desenvolver juntamente com o Secretário Geral uma resposta mais coordenada para o problema. Por esse motivo, foram desenvolvidas novas diretrizes e manuais, que passariam a determinar o padrão de conduta esperado das tropas de paz, e que

⁴⁷ ONU IMPLEMENTA NOVAS **Medidas para combater abuso sexual envolvendo Missões de Paz**. Nações Unidas no Brasil. Agosto de 2016. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/onu-implementa-novas-medidas-para-combater-abuso-sexual-envolvendo-missoes-de-paz/>>. Acesso em: 13 de outubro. 2017.

⁴⁸ NDULO, Muna. **The United Nations Responses to the Sexual Abuse and Exploitation of Women and Girls by Peacekeepers During Peacekeeping Missions**. Berkeley Journal of International Law, v.27, n.1, p.127-161, 2009. Disponível em: <<http://scholarship.law.berkeley.edu/bjil/vol27/iss1/5/>>. Acesso em: 25 de outubro 2017.

⁴⁹ O'BRIEN, Melanie. **Overcoming boys-will-be-boys syndrome: Is prosecution of peacekeepers in the International Criminal Court for trafficking, sexual slavery and related crimes against women a possibility?**. 2004. 85 f. Dissertação (Mestrado) – University of Lund, Faculty of Law, Lund. Disponível em: <<http://lup.lub.lu.se/luur/download?func=downloadFile&recordId=1554856&fileId=1563466>>. Acesso em: 20 de outubro de 2017.

regulariam todas as Operações de Paz alterando gradualmente a forma como as questões de abusos e exploração sexual eram tratadas pela Organização⁵⁰.

Dentro das novas obrigações está incluso, de modo específico, a “proibição de ações como tortura, estupro, prostituição forçada e qualquer outro tratamento degradante”. A complexidade da efetivação dessas regras está no fato que de os países que contribuem com as tropas enviadas para as Missões de Paz ratificaram diferentes instrumentos internacionais. Sendo assim, cabe tanto à ONU quanto aos Estados que contribuem com as tropas garantirem que as mesmas receberão o treinamento adequado seguindo os princípios da lei humanitária internacional⁵¹.

Além dos abusos físicos de mulheres e crianças, também foram registrados durante as Missões de Paz os abusos psicológicos. A esse respeito, observa-se que:

A violência física é aquela em que uma ação ou omissão coloca a vida de uma pessoa em risco, e a psicológica é uma ação ou omissão que deteriora ou controla as ações da pessoa, como também seu comportamento, crença, ou decisões através de intimidação, manipulação, ameaça indireta ou direta, isolamento ou qualquer conduta que prejudique a saúde psicológica e o desenvolvimento pessoal⁵².

Uma declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS) retrata que o abuso, de qualquer forma, deixa marcas muito profundas nas vítimas, tanto na saúde como no psicológico, além de também afetar o bem-estar das comunidades em que vivem.

A longo prazo os abusos podem causar marcas ainda maiores como feridas físicas ou até mesmo a morte das mulheres. Existem casos em que:

[...] Há resultados de suicídios e resultado de abortos inseguros; contaminação por doenças sexualmente transmissíveis; gravidez indesejada; problemas com a saúde mental como depressão, stress, uso de álcool e drogas, entre outras. O abuso também traz consequências econômicas e sociais e segundo dados do Banco Mundial (BM) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), as mulheres entre 15 e 44 anos perdem mais anos de

⁵⁰ SIMIC, Olivera. **Regulation of Sexual Conduct in UN Peacekeeping Operations**. Berlim: Springer, 2012.

⁵¹ O'BRIEN, Melanie. **Overcoming boys-will-be-boys syndrome: Is prosecution of peacekeepers in the International Criminal Court for trafficking, sexual slavery and related crimes against women a possibility?** 2004. 85 f. Dissertação (Mestrado) – University of Lund, Faculty of Law, Lund. Disponível em: <<http://lup.lub.lu.se/luur/download?func=downloadFile&recordId=1554856&fileId=1563466>>. Acesso em: 20 de outubro de 2017.

⁵² LEAL, Andréa Fachel. **Violência contra a mulher, um problema de saúde pública**. 2009. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Violencia-contra-a-mulher-um-problema-de-saude-publica/5/15366>>. Acesso em: 27 de outubro de 2017.

vida saudável em função do abuso, sendo é um fator muito importante para a incapacidade e morte de mulheres⁵³.

Outro desumano abuso cometido é com as crianças. A Operação das Nações Unidas em Moçambique de 1993 foi a primeira missão a ser denunciada pelo *Save the Children*, uma organização internacional que defende “o direito das crianças no mundo”, sobre casos de exploração sexual infantil por capacetes azuis. Segundo a *Save the Children*, capacetes azuis recrutaram crianças de doze a dezoito anos para se prostituírem. Esse caso foi se repetindo até que os envolvidos foram obrigatoriamente mandados de volta para seus respectivos países, porém sem nenhum tipo de medida disciplinar. Já a ONU relata que chegou a realizar investigações e que, mesmo não encontrando provas concretas, confirmou que os casos de abuso e exploração infantil realmente existiam⁵⁴.

Em 2002 também ocorreu outro caso, descoberto através do vazamento de um documento no qual constava dados de exploração sexual com crianças pelos capacetes azuis em Serra Leoa, Guiné e Libéria. Nesse relatório confirmava-se que os empregados de organizações locais e internacionais bem como os funcionários de agências da ONU, só prestavam a ajuda humanitária se, seletivamente, recebessem “serviços sexuais” por garotas entre treze e dezoito anos no máximo.

Como reação à denúncia,

Diante desse contexto houve a necessidade de se criar um Grupo de Trabalho sobre Proteção Contra o Abuso e Exploração Sexual em Crises Humanitárias, formado por entidades da ONU e entidades não governamentais, com o objetivo de estabelecer definições de abuso sexual e exploração sexual, além de desenvolver medidas específicas para combatê-los, criando uma abordagem efetiva e sólida compartilhada entre todas as agências humanitárias⁵⁵.

Frente a essas situações desumanas debatidas acima, a ONU passou a divulgar relatórios e ter tolerância zero com os casos de abusos nas Operações de Paz a fim de conseguir identificar os suspeitos e evitar a propagação do problema e postulam que os

⁵³ LEAL, Andréa Fachel. **Violência contra a mulher, um problema de saúde pública**. 2009. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Violencia-contra-a-mulher-um-problema-de-saude-publica/5/15366>>. Acesso em: 27 de outubro de 2017.

⁵⁴ ANISTIA INTERNATIONAL. **UN troops implicated in rape of girl and indiscriminate killings must be investigated**. 2015. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/en/latest/news/2015/08/car-un-troops-implicated-in-rape-of-girl-and-indiscriminate-killings-must-be-investigated/>>. Acesso em: 29 de outubro de 2017. Tradução nossa.

⁵⁵ ANISTIA INTERNATIONAL. **UN troops implicated in rape of girl and indiscriminate killings must be investigated**. 2015. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/en/latest/news/2015/08/car-un-troops-implicated-in-rape-of-girl-and-indiscriminate-killings-must-be-investigated/>>. Acesso em: 29 de outubro de 2017. Tradução nossa.

capacetes azuis devem ser capazes de lidar com as situações de conflito, perpetuando assim os princípios que regem as Nações Unidas e que, da mesma forma, devem ser responsáveis pela proteção dos civis a fim de garantir que seus direitos humanos sejam garantidos. A ONU declara que o monitoramento, constante fiscalização e eventual punição são imprescindíveis essas situações⁵⁶.

Mais além, o panorama dos direitos humanos une-se com a dignidade humana, a individualidade, nação, religião, país, sentimento de pertença a um determinado grupo, etc., fazendo com que a sua verificação se torne indispensável para a proposta da cultura de paz, salientando ainda, a igualdade entre todos os seres humanos.

Os casos relatados referentes à exploração e abuso sexual, tráfico humano, etc, ainda mais ocorridos no interior das ações promovidas pelas Nações Unidas, corroboram a inclusão dos direitos humanos enquanto eixo fundamental do Programa Cultura da Paz, pois devem ser observados no próprio espaço de atuação da ONU e suas agências, permitindo, com isso, incentivar também o seu respeito em âmbito mundial.

3.3 IGUALDADE DE GÊNEROS

A igualdade de gênero faz parte da pauta da Organização das Nações Unidas desde a sua criação, em 1945, bem como os demais temas relacionados à mulher, tais como a emancipação feminina, maior participação das mulheres em processos decisórios e a defesa dos direitos humanos referentes à mulher. A partir daqui, as temáticas relacionadas às mulheres nas propostas para a formulação de uma cultura de paz, ganharam seu devido espaço.

Institucionalmente, a ONU integra agências, divisões e comitês que dizem respeito às demandas femininas, bem como o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), o Instituto Internacional de Pesquisas e Capacitação para o Progresso da Mulher (INSTRAW) e a Divisão para o Avanço das Mulheres (DAW). Esses mecanismos garantiram, posteriormente, a criação da ONU Mulheres, em 2010, que

⁵⁶ RAYOL, Natalia Fontoura. **Heróis ou vilões? O abuso e a exploração sexual por militares em Missões de Paz da ONU**. Pergamum, PUC-Rio, 2009. Disponível em: <http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/index.php?codObra=0&codAcervo=179883&posicao_atual=67&posicao_mxima=203&tipo=bd&codBib=0&codMat=&flag=&desc=&titulo=Publica%E7%F5es%20On-Line&contador=0&parcial=&letra=H&lista=E>>. Acesso em 28 de outubro de 2017.

baseia sua principal premissa em criar uma maior atuação em organismos internacionais em prol da causa feminina, tendo o Estado e sociedade civil como aliados na causa⁵⁷.

A Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz, de 1999, também direcionou suas diretrizes para as demandas femininas com o intuito de promover a igualdade de gênero, “integrando a perspectiva de gênero na aplicação de todos os instrumentos internacionais pertinentes e intensificando a aplicação dos instrumentos internacionais nos quais se promove a igualdade entre mulheres e homens”⁵⁸. Além disso, as Metas do Milênio, válidas de 2001 a 2015, já traziam o empoderamento feminino no escopo de seu documento, juntamente com mais oito metas prescritas que serviriam para a execução das demais.

Aqui, destacamos que:

A Declaração do Milênio ratificada pelos 191 Estados-membros das Nações Unidas que manifestaram o compromisso de até o ano de 2015 consolidarem as oito Metas do Milênio, sendo elas: Erradicar a extrema pobreza e a fome; Atingir o ensino básico universal; Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; Reduzir a mortalidade infantil; Melhorar a saúde materna; Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; Garantir a sustentabilidade ambiental; Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento⁵⁹.

Assim, podemos relacionar a meta número 3 dos Objetivos do Milênio – “promover a igualdade entre os sexos e autonomia da mulher” – com as demais metas, como por exemplo, erradicar a extrema pobreza, combater o HIV e a malária, bem como outras doenças, e a redução da mortalidade infantil, tendo em mente que uma vez que as meninas e mulheres receberem uma educação adequada e que as capacite para que, futuramente, a qualidade de vida feminina alcance os devidos patamares que levem a promoção da cultura de paz.

No que diz respeito à cultura de paz, podemos atribuir três pontos relevantes ao empoderamento feminino que auxiliam na busca pela paz. O primeiro deles está ligado ao papel fundamental que as mulheres exercem na criação e na educação das crianças. Os ensinamentos básicos cotidianos referentes à saúde, higiene, valores morais, éticos, religiosos e culturais, pode ser vistos aqui como uma educação “informal”.

⁵⁷ Informações extraídas da página oficial da ONU Mulheres. Disponíveis em: <<http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>>. Acesso em: 27 de outubro de 2017.

⁵⁸ NAÇÕES UNIDAS, A/RES/53/243, **Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz**. 1999. Disponível em: <<http://www.comitepaz.org.br/download/ONU.pdf>> Acesso em 20 de outubro de 2017.

⁵⁹ Millennium Development Goals. Disponível em: <<http://www.un.org/millenniumgoals/>>. Acesso em: 25 de outubro de 2017.

Entretanto, essa educação “informal” que as mulheres passam para as crianças em âmbito familiar representa um papel fundamental na proposta da cultura de paz, pois tendo em mente que a paz deve ser um valor aprendido e transformado em comportamento diário, essa educação “informal” parte dessa mesma premissa, uma vez que a tolerância, solidariedade e o respeito podem ser transmitidos às crianças através de temas diversos, desde a saúde e higiene, até uma maior conscientização a cerca do meio ambiente e direitos em geral. Assim é possível traçarmos um caminho de extrema importância no que diz respeito ao conceito de “construção da paz na mente dos homens”.

O segundo ponto diz respeito à capacitação das mulheres como instrumento propagador da cultura de paz. Temos a cada dia mais um aumento expressivo de lares que são chefiados por mulheres. Um cenário que tem se tornado cada vez mais comum é aquele no qual a mulher alcança uma posição mais alta no mercado de trabalho do que seu marido/parceiro e assim, há uma inversão dos papéis: durante séculos o homem foi o único provedor do lar enquanto as mulheres cuidavam da casa e dos filhos, sendo que hoje em dia as mulheres têm conquistado cargos cada vez mais altos que eram, muitas vezes, liderados pelos homens que agora são quem abdicam de seus empregos por ganharem menos e ficam em casa cuidando dos filhos.

O último ponto, mas não menos importante, coloca o empoderamento como uma via de educação ao combate de doenças, particularmente a AIDS, pois as mulheres estão mais suscetíveis ao contágio do HIV tanto por abusos sexuais, a falta de instrução acerca da prevenção contra as doenças que são transmitidas sexualmente, bem como a contaminação pelos seus próprios maridos/parceiros. De fato, esses fatores revigoram o papel do empoderamento feminino no combate mundial do HIV, uma vez que são os responsáveis pelo aumento mais do que expressivo de mulheres que foram infectadas com o vírus do HIV durante o século XXI⁶⁰.

Entretanto, a mulher, enquanto objeto de estudo com vistas à sua valorização e proteção, começou a ser inserida no âmbito institucional a partir da realização da

⁶⁰ “Em 2015, estimava-se que 17,8 milhões de mulheres acima de 15 anos viviam com HIV, representando 51% dos adultos contaminados. Mulheres jovens e adolescentes de idade entre 15 e 24 anos são particularmente afetadas. Em 2015 a estimativa mundial era de 2,3 milhões de meninas adolescentes e mulheres jovens vivendo com HIV, representando 30% dos jovens contaminados entre 15 e 24 anos”. Informações extraídas da **UNAIDS**. Disponível em: <<https://www.unwomen.org/en/what-we-do/hiv-and-aids/facts-and-figures>>. Acesso em 20 de outubro de 2017.

Convenção para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, no ano de 1979, além de outras quatro Conferências Internacionais, as quais iniciaram durante o século XX, marcando o movimento feminista, sendo a primeira conferência realizada no México, em 1975, a segunda em Copenhague, em 1980, a da Nairóbi em 1985 e a quarta em Pequim, no ano de 1995.

De acordo com o diplomata José Augusto Lindgren Alves, foi na primeira conferência que os direitos da mulher foram devidamente evidenciados além de serem efetivados como direitos humanos, estabelecendo um plano de ação que dava ênfase na participação feminina nos processos decisórios do âmbito da ONU além de outras instituições internacionais⁶¹. Após quatro anos dessa conferência, a Assembleia Geral aprovou a Convenção sobre a Discriminação da Mulher, que representa o mais expressivo instrumento internacional de caráter jurídico que ampara a proteção dos direitos humanos da mulher.

Já os encontros de Copenhague e Nairóbi tiveram como seu objetivo central a reflexão da insistente disparidade nos termos econômicos entre homens e mulheres. Tais temas orientaram as conferências seguintes para a temática do desenvolvimento e os para obstáculos que podem surgir - se não forem devidamente observados - para o êxito da cultura de paz.

Enfim, o encontro de Pequim teve como resultado o estabelecimento um plano de ação o qual teria a missão de propiciar a percepção de empoderamento feminino eficazmente, tornando evidente a necessidade de ter um aumento progressivo da participação feminina nos processos decisórios e o acesso aos cargos de poder. Foi também nesse plano de ação que se estabeleceu medidas com vistas à proteção da mulher em situações de refúgio, conflitos armados, bem como o direito de igualdade, acesso a recursos e oportunidades e, também, a questão da “distribuição mais igualitária das responsabilidades familiares entre homens e mulheres além da harmonia entre eles”⁶². De acordo com o documento final do encontro de Pequim, nota-se a reafirmação da proposta de igualdade, paz e desenvolvimento, nos parágrafos 13 e 18 que postulam:

⁶¹ ALVES, José Augusto Lindgren. **Relações Internacionais e Temas Sociais: a década das conferências**. Brasília: IBRI, 2001. p. 211.

⁶² NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Pequim adotada pela quarta conferência Mundial sobre as Mulheres: Ação para igualdade, desenvolvimento e paz**. 1995. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comitê-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/DecPequimquartconfmulh.html>>. Acesso em 25 de outubro de 2017.

O fortalecimento das mulheres e sua plena participação, em condições de igualdade, em todas as esferas sociais, incluindo a participação nos processos decisórios e de acesso ao poder, são fundamentais para o alcance da igualdade, desenvolvimento e paz; A paz local nacional, regional e global é alcançável e está necessariamente relacionada com os avanços das mulheres, que constituem uma força fundamental para a liderança, a solução de conflitos e a promoção de uma paz duradoura em todos os níveis⁶³.

Um dos pontos chave da Conferência de Pequim foi ter expandido tanto a questão do interesse quanto do acesso das mulheres às percepções de resolução de conflitos e promoção da cultura de paz. Nesse contexto, observamos não somente a concretização das perspectivas femininas para o desenvolvimento da cultura de paz, mas também notamos certas mudanças que as operações de paz passaram na década de 1990. Tais mudanças tinham o intuito de incluir uma maior quantidade de civis nos processos de reconstrução das localidades atingida por conflitos, tornando possível uma maior participação feminina nesses cenários.

Sendo assim, podemos afirmar que as quatro Conferências Internacionais contribuíram de forma positiva no que diz respeito à inserção das mulheres nos processos das operações de construção da paz. Aqui, podemos especialmente citar a resolução 1325, aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 2000, na qual o órgão determina que a avaliação dos impactos advindos de conflitos armados sobre as mulheres se faz extremamente necessário.

Levando em conta que o Conselho de Segurança é o único órgão que possui caráter decisório efetivo da ONU, a resolução desse documento expressa um momento muito significativo para o órgão, que até então nunca tinha orientado discussões a respeito da agenda das mulheres.

A resolução 1325 retrata em seu preâmbulo que:

O importante papel das mulheres na prevenção e resolução de conflitos e na construção da paz, e acentuando a importância da sua igual participação e total envolvimento em todos os esforços para a manutenção e promoção da paz e da segurança, bem como a necessidade de aumentar o seu papel na tomada de decisões no que respeita à prevenção e resolução de conflitos⁶⁴.

⁶³ Ibid.

⁶⁴ NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 1325 do Conselho de Segurança**. 18 de outubro de 2000. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/plano-nacional-de-acao-sobre-mulheres-paz-e-seguranca/14060-o-brasil-e-a-agenda-de-mps>>. Acesso em 25 de outubro de 2017.

Já no que tange a participação feminina nos processos decisórios o documento se dirige diretamente aos Estados, demandando que:

[...] Assegurem uma representação cada vez maior de mulheres em todos os níveis de tomada de decisão nas instituições nacionais, regionais e internacionais, bem como nos mecanismos destinados à prevenção, gestão e resolução de conflitos⁶⁵.

No entanto, as iniciativas da ONU que dizem respeito às mulheres são frequentemente criticadas por colocá-las como vítimas de cenários de violência e de conflitos armados, bem como as crianças. Em contrapartida, a resolução 1325 do Conselho de Segurança propiciou cenários para inserir de forma concreta o empoderamento feminino através de inúmeras ações⁶⁶.

De fato, ainda temos um longo caminho repleto de desafios a serem encarados no que tange a condução de políticas que anseiam a igualdade de gênero e uma maior participação das mulheres nos processos de tomada de decisões. Não obstante, o caminho que as Nações Unidas vêm trilhando, principalmente a partir das Conferências Internacionais, enseja a inclusão o empoderamento feminino e a igualdade de gênero como ações efetivas do Programa Cultura de Paz.

Contemporaneamente, um reflexo possível dessa perspectiva é a inclusão da igualdade de gênero, especificamente, como Objetivo do Desenvolvimento Sustentável, substituto das Metas do Milênio. A esse respeito, o novo conjunto de objetivos, batizado de Agenda 2030, coloca a igualdade de gênero como objetivo número 5, que, por sua vez, de ramifica em objetivos derivados que incluem o empoderamento e educação das meninas e mulheres, a fim de “eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos”⁶⁷.

Sendo assim, no capítulo seguinte iremos abordar o que as Organizações Não Governamentais, a própria UNESCO e até mesmo os Estados vem desenvolvendo em

⁶⁵ Ibid.

⁶⁶ Um exemplo a ser criticado é o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. Uma de suas diretoras, Noeleen Heyzer, de Singapura, conduziu ações dessa agência em países como Libéria, Ruanda, Gana e Afeganistão, destacando a necessidade de superação das diferenças para a construção de uma paz duradoura. Informações disponíveis em: <<http://www.un.org/press/en/2007/sga1080.doc.htm>>. Acesso em 28 de outubro de 2017.

⁶⁷ NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030. Objetivo 5: Igualdade de Gênero**. Informações disponíveis em <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods5/>> . Acesso em 02 de novembro de 2017.

prol da propagação de uma cultura de paz através dos eixos selecionados, sendo eles a educação para a paz, direitos humanos e a igualdade de gênero.

4. VIAS PARA A CULTURA DA PAZ

Esta etapa do trabalho se dedica a apresentar e refletir sobre algumas ações tomadas tanto em âmbito governamental quanto não-governamental em prol dos eixos temáticos do Programa de Ação para uma Cultura da Paz destacados no capítulo anterior.

4.1 AÇÕES DA UNESCO

Desde a sua criação, em 1945, a UNESCO é uma grande contribuidora do *peaceresearch*. Ao final dos anos 80, promoveu um encontro na Costa do Marfim, em Yamoussoukro, intitulado “Conferência Internacional sobre a Paz Nas Mentes dos Homens”. O encontro contou com indivíduos de todos os continentes, em sua maioria fomentadores da paz, e proporcionou reflexões a respeito dos significados que poderiam ser atribuídos a paz e incentivando que, tanto a UNESCO quanto a sociedade civil, devem “ajudar na construção de uma nova visão de paz, desenvolvendo uma cultura de paz baseada nos valores universais de respeito à vida, liberdade, justiça, solidariedade, tolerância, direitos humanos e igualdade entre mulheres e homens”⁶⁸.

Como resultado desse encontro a Declaração de Yamoussoukro apresenta um grande diferencial por dar ênfase em assuntos que não se limitam ao âmbito militar em relação à agenda de segurança internacional. Desse modo, temas como o subdesenvolvimento, mudanças climáticas, pobreza, exclusão, dívidas externas dos países em desenvolvimento, injustiças sociais, desemprego, etc., enquadram-se na categoria de ameaças à paz. O conceito de paz também ganha uma nova definição nesse congresso e passa a ser tratada como “mais que um conflito armado” e principalmente como “mais que um tipo de comportamento”, mas sim um “compromisso com os princípios da liberdade, justiça, igualdade e solidariedade entre todos os seres humanos”⁶⁹.

A Declaração de Yamoussoukro ainda incentiva a UNESCO a desenvolver programas e ações voltados para a paz, além de propagar os preceitos expostos na

⁶⁸ UNESCO. **Declaração de Yamoussoukro sobre a Paz na Mente dos Homens**. Disponível em: <http://www.pucsp.br/ecopolitica/documentos/cultura_de_paz/docs/declaracao_paz_homens.pfd>. Acesso em 03 de novembro de 2017.

⁶⁹ Ibid.

Declaração de Sevilha. Não obstante, a UNESCO se compromete a fomentar a paz e também desenvolver uma programação de ação específica para a mesma.

Dessa maneira, a UNESCO passou a considerar não só a guerra atômica e outras ameaças militares como as principais ameaças à paz, mas também passou a se comprometer a identificar as raízes dos conflitos, que muitas vezes surgem de questões culturais e étnicas e socioeconômicas, que dizem respeito, na maioria das vezes, as políticas internas das nações. Sendo assim, o compromisso da UNESCO se amplia no sentido de inserir na dinâmica da política internacional a disseminação dessas novas ameaças, a fim de encontrar novas soluções, principalmente ao se comprometer com a promoção da paz e sua construção na mente dos homens.

Logo após, outro fato marcante para o desenvolvimento da cultura de paz foi o lançamento da “Agenda Para a Paz”, redigida pelo então secretário-geral da ONU Boutros Boutros-Ghali, e que propunha para as agências das Nações Unidas unirem esforços em busca da construção da paz, o que no âmbito da UNESCO, foi incorporado ao Programa Cultura de Paz. Uma vez que é na Agenda Para a Paz que são apresentadas as noções de *peacebuilding* (construção da paz) e de *peacemaking* (manutenção da paz) e por esse motivo, as primeiras ações que norteavam o Programa Cultura de Paz da UNESCO tinham como prioridade a reconstrução de regiões alvos de conflitos.

O Programa de Paz, aprovado pela Conferência Geral da Organização, em 1993, trazia a proposta de incentivo e institucionalização da cultura de paz em regiões de conflitos, na quais as Nações Unidas já tivessem instaurado suas Operações de Paz, e em locais que apresentassem cenários de possíveis conflitos.

A partir disso, estabeleceu-se o período de 1994-1995 para a realização dos projetos-piloto, sendo o primeiro deles realizado em El Salvador, a fim de firmar as premissas de reconstrução da paz e do desenvolvimento que já haviam sido estipuladas pelo Acordo de Chapultepec de 1992, que marcava o fim do conflito na região após 12 anos, bem como pelos documentos S 791 do Conselho de Segurança e 47/158, da Assembleia Geral das Nações Unidas, que convocavam as instituições mundiais para colaborar a reconstruir El Salvador.

A principal atividade realizada pela UNESCO em El Salvador se deu com criação de um programa de rádio, que transmitia informações acerca dos direitos humanos e os direitos das mulheres, tendo as mulheres, principalmente das áreas rurais, como público-

alvo. O programa falava a respeito de temas como a violência doméstica, autoestima feminina, divisão de tarefas no âmbito domiciliar, etc⁷⁰.

A UNESCO considera que o projeto obteve êxito, mesmo contando com sérias dificuldades econômicas, políticas e sociais após os 12 anos de conflito. Para mensurar os resultados obtidos no que concerne à cultura de paz, a UNESCO considera, por exemplo, o nível de desarmamento, o grau de aderência social e política acerca dos acordos de paz, reformas institucionais e estruturais com o intuito de cessar as causas históricas dos conflitos, reformas nos sistemas educacionais, elaboração de políticas em prol de uma cultura de paz, entre outros.

Entretanto, um dos maiores empecilhos encontrados nos programas nacionais de promoção de uma cultura de paz diz respeito ao apoio financeiro, uma vez que nem sempre há contribuição por parte dos países-membros da UNESCO. No caso do programa realizado em El Salvador, além do patrocínio da UNESCO, o programa recebeu apoio financeiro do Ministério para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha, o que reforça a concepção de que a implementação do Programa Cultura de Paz necessita da aplicação de recursos para além do orçamento da UNESCO. Como exemplo disso, podemos citar o segundo projeto-piloto que foi desenvolvido para Moçambique, mas que não obteve financiamento e, assim, não foi executado.

4.2 AÇÕES GOVERNAMENTAIS

No presente tópico, trataremos a respeito das ações por parte do Estado que propiciam a cultura de paz, bem como de que maneira essa participação se efetiva além das responsabilidades que o Estado possui.

Aqui, observamos que a participação da sociedade civil é extremamente importante para o Programa Cultura de Paz. Essa junção de Estado Democrático e sociedade civil é, talvez, uma das mais importantes ferramentas de ação para a cultura de paz, uma vez que cabe aos Estados efetivarem e reconhecerem o programa como parte do plano de ação governamental e implantá-lo de diversas maneiras, como por exemplo, na criação

⁷⁰ PARAJON, Francisco L.; LOURENÇO, Mirta; ADAMS, David. **The UNESCO Culture Peace Programme in El Salvador: An Initial Report**. Disponível em: <http://www.gmu.edu/academic/ijps/vol11_2/UNESCO.htm>. Acesso em 03 de novembro de 2017.

de programas nas escolas para uma melhor educação que promova a paz, nas leis para a proteção dos direitos humanos bem como para efetivação da igualdade de gênero.

De acordo com Hobbes, a única função do Estado é manter a paz entre os cidadãos. Cada indivíduo, no desejo de possuir para si o que acha ser necessário, pode entrar em conflito com os desejos de outro indivíduo. Dessa forma, é necessário haver algum tipo de regulação, de organização da convivência entre os indivíduos, para que a lei do mais forte não predomine de maneira desigual e violenta fazendo com que vivamos em uma eterna disputa de todos contra todos⁷¹.

Assim abdicamos das nossas próprias capacidades de autodefesa e autoconservação e as concedemos ao Estado, que surge como necessidade de construção de paz e passa a ser quem delega, principalmente as questões de segurança. Para Hobbes, o Estado é soberano, e quando formalizado tem poderes para organizar a sociedade da maneira que achar necessário, pois sem o Estado não há civilização, nem cidadania e muito menos a paz⁷².

Partindo do pressuposto de que vivemos em uma sociedade regulada por um Estado soberano, de que maneira podemos prosseguir para que as aspirações da sociedade civil alcancem as decisões do Estado? E além, como o Estado pode ser uma via para a cultura da paz?

O Estado democrático tem a necessidade de estar aberto à sociedade civil, além de estimular a formatação de duas demandas, recebê-las e normatizá-las a fim de atender à população. Esse processo é chamado de políticas públicas. De acordo com Carvalho,

As políticas públicas são criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, o que demonstra a expressão do compromisso público de atuação numa determinada área em longo prazo. A política pública “é uma linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em lei. É mediante as políticas públicas que são distribuídos ou redistribuídos bens e serviços sociais, em resposta às demandas da sociedade⁷³.”

Isto é, quem determina tais políticas públicas num Estado democrático é a sociedade civil. Por mais que essas políticas sejam frequentemente reguladas pelo

⁷¹ **A FUNÇÃO DO ESTADO EM HOBES.** 2008. Disponível em: <<http://meriva.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3456/1/000402094-Texto%2bCompleto-0.pdf>>. Acesso em 27 de outubro de 2017.

⁷² Ibid.

⁷³ CARVALHO, Alysso. **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Proex, 2002, p. 12.

Estado, uma parcela das preferências e escolhas não só podem como devem ser controladas pelos cidadãos. É como se as decisões privadas se convertessem em decisões públicas que afetam a toda sociedade.

Entretanto, um Estado não é capaz de criar programas e medidas efetivas que guiem para o caminho da paz sem conhecer a realidade da sua sociedade. Por isso o engajamento dos governantes em conhecer a situação econômica, política e social do país e, a partir daqui, serem capazes de enxergar quais mudanças e medidas são necessárias para alterar a realidade desigual de certa população e assim, finalmente, traçar planos e metas que sejam capazes de alterar essa realidade em prol de uma cultura de paz.

No que tange ao Brasil, uma vez que “a Constituição Federal prevê a participação direta da sociedade na gestão do governo e que, as escolas como plenárias de discussão sobre segurança pública, podem pautar as ações governamentais”⁷⁴, foi diante de uma iniciativa da própria sociedade que o Governo Federal brasileiro criou o Programa Nacional Paz nas Escolas, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, com a participação do Ministério da Educação.

A respeito desse programa,

O Programa não tem pretensão de resolver diretamente o problema da violência nas escolas, mas de contribuir com aqueles que realmente podem fazê-lo: comunidade, estudantes, educadores, pais, entidades da sociedade civil e órgãos públicos estaduais e municipais. A proposta é dar uma resposta aos altos índices de violência na escola, contribuindo com a construção de um ambiente escolar harmônico, a partir da divulgação e sistematização de experiências e do incentivo a novas propostas de construção de uma cultura de paz e não violência⁷⁵.

Dessa forma, precisamos do envolvimento não só dos órgãos governamentais, mas também do engajamento de toda a sociedade e da comunidade escolar, para participarem de maneira efetiva desse e de todos os projetos que tornem as escolas brasileiras em espaços democráticos e que, sejam capazes de construir a cidadania e

⁷⁴ **A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR ATRAVÉS DOS CONSELHOS MUNICIPAIS NA FORMULAÇÃO E APLICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO LOCAL.** Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/44883/a-importancia-da-participacao-popular-atraves-dos-conselhos-municipais-na-formulacao-e-aplicacao-de-politicas-publicas-no-ambito-local>>. Acesso em 02 de novembro de 2017.

⁷⁵ **CULTURA DE PAZ: Estratégias, Mapas e Bússolas.** Feizi M. Milani, Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus (organizadores). – Salvador: INPAZ, 2003. p. 5.

ajustiça através da aprendizagem, bem como as questões de igualdade e do respeito às diferenças.

No que tange às ações governamentais que caminham em prol de uma educação para a paz, o governo brasileiro conta hoje com diversos programas e projetos de inclusão e de expansão na educação no Brasil. Dentre eles, podemos destacar o Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas de estudo integrais ou parciais para estudantes de baixa renda. Já o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é um programa também do Ministério da Educação, que financia a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições particulares. Mais recentemente, o Sistema de Seleção Unificada (SISU) foi desenvolvido para selecionar os candidatos às vagas das instituições públicas de ensino superior que utilizarão a nota do ENEM⁷⁶ como única fase de seu processo seletivo. A seleção é feita pelo Sistema com base na nota obtida pelo candidato⁷⁷.

Entretanto, um discurso feito pelo ex-presidente do Brasil Luís Inácio Lula da Silva, no último dia 11 de outubro, responsável por criar em seu governo diversos programas de inclusão social e de expansão educacional por meio da criação de universidades federais e escolas técnicas, criação de campos universitários afastados dos grandes centros e pelo financiamento estudantil através dos programas como o Fies e o ProUni, destacou em seu discurso realizado em Brasília, durante um seminário do Partido dos Trabalhadores sobre Educação, que a educação deve ser vista como um questão de estado e não como uma questão de governo⁷⁸.

Isto é, o então presidente destacou como ponto mais importante da atualidade do Brasil, a formação de consciência política que é adquirida pelos jovens e que é através do maior acesso ao ensino técnico e universitário que o jovem é capaz de sonhar e compreender que pode, cada vez mais, ter seu lugar no mundo. Lula também sustentou que os jovens dessa faixa etária, dos 16 aos 26 anos, tendo acesso a uma educação de qualidade, representam a força que moverá a nação rumo ao futuro.

⁷⁶ O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi criado em 1998 para ser uma avaliação de desempenho dos estudantes de escolas públicas e particulares do Ensino Médio. Desde 2009, o Enem agregou outra função ao seu currículo: tornou-se também uma avaliação que seleciona estudantes de todo o país para instituições federais de ensino superior e para programas do governo federal, como o SisU, Prouni e Fies. Disponível em: <<https://enem.inep.gov.br/>>. Acesso em 02 de novembro de 2017.

⁷⁷ Ibid.

⁷⁸ **EDUCAÇÃO: QUESTÃO DE ESTADO E NÃO DE GOVERNO.** Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/colunistas/reginaldolopes/322440/Educa%C3%A7%C3%A3o-quest%C3%A3o-de-estado-e-n%C3%A3o-de-governo.htm>>. Acesso em: 02 de novembro de 2017.

Porém, essa ascensão social dos jovens responsável por os colocarem em um elevado patamar da capacitação profissional e universitária, se encontra totalmente defasada no cenário educacional atual do Brasil. O governo de Michel Temer, que assumiu o cargo de presidente em agosto de 2016, contribuiu para um processo de sucateamento da educação brasileira, através de cortes orçamentários muito expressivos que atingem todas as faixas educacionais, sem contar os terríveis cortes de investimentos em educação, infraestrutura, saúde e impostos.

Na perspectiva de Lula, essa atitude pode ser considerada suicida, pois ver a educação como gasto, como um déficit para o governo e não como um investimento, é ir na contra mão de todos os países capitalistas desenvolvidos.⁷⁹

Outra questão que também vai na contramão diz respeito aos avanços e retrocessos dos direitos humanos no Brasil. Parece que todo passo à frente é seguido por um passo para atrás. Isto é, o Brasil tem ótimas leis, mas que não são cumpridas principalmente pelo enorme *déficit* existente na justiça brasileira. Por exemplo, o país criou a Comissão da Verdade, formada para revelar os crimes cometidos durante a ditadura militar, porém, as autoridades policiais seguiram, até hoje, empregando força excessiva e torturas no sistema carcerário.

Essa situação, de abuso contra os direitos humanos cometidos pelos policiais no Brasil, passa a ser a mais difícil de controlar de acordo com a Comissão da Verdade. Ainda de acordo com a instituição, o sistema carcerário brasileiro é mais conhecido por proporcionar condições desumanas e degradantes aos detentos do que de exercer a sua principal função de recuperação dos infratores⁸⁰.

Outro exemplo de retrocesso nos direitos humanos no Brasil envolve a reforma trabalhista do governo de Michel Temer. Uma denúncia apresentada a Comissão Interamericana de Direitos Humanos pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), União Geral dos Trabalhadores (UGT) e Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), informa a postura autoritária do governo Temer, que vai na contramão das demandas da população e ignora as informações de especialistas de diversas áreas do conhecimento, implementando reformas na legislação trabalhista que alteram por inteiro as relações

⁷⁹ Ibid.

⁸⁰ **OS AVANÇOS E RETROCESSOS NOS DIREITOS HUMANOS DO BRASIL.** Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/os-avancos-e-os-retrocessos-nos-direitos-humanos-no-brasil>>. Acesso em 02 de novembro de 2017.

sociais no âmbito profissional. O secretário de Relações Internacionais da CUT, Antônio Lisboa, explica que:

São alterações sociais profundas, feitas às pressas em poucos meses, sem qualquer debate social mais amplo, fazendo o Brasil regredir séculos em termos de relações laborais e garantia aos Direitos Humanos. Vamos combater esses retrocessos em todas as instâncias possíveis⁸¹.

Além disso, a denúncia também salienta violações cometidas a instrumentos internacionais como o Protocolo de São Salvador, a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, Protocolo Adicional à Convenção Americana Sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, além de inúmeras Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

De acordo com Fabio Bon⁸², advogado que trabalha no caso, devemos observar que:

A reforma trabalhista já foi objeto de análise do Comitê de Peritos e do Departamento de Normas da OIT, os quais afirmaram sua incompatibilidade com as Convenções 98, 151 e 154, uma vez que permite que negociações coletivas retirem direitos garantidos na lei. Temos certeza que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos também verá essa reforma como violadora dos Direitos Humanos⁸³.

Ainda assim, na denúncia constava de forma detalhada as mudanças e seus respectivos impactos negativos para a classe trabalhadora, principalmente, para as mulheres trabalhadoras, como por exemplo, a possibilidade que de gestantes e lactantes trabalhem em locais que apresentem qualquer tipo de agente nocivo à saúde perante autorização do médico da empresa. Com a denúncia feita, os mandantes da mesma creem que a “comunidade internacional se posicionará de forma clara e contundente contra esse tipo de retrocesso que ocorre no Brasil” e que o governo vai ser obrigado a tentar justificar tais mudanças na reforma trabalhista perante o órgão internacional⁸⁴.

⁸¹ Ibid.

⁸² Advogado responsável por um escritório especializado em Direito do Trabalho, individual e coletivo, com foco no atendimento de trabalhadores e trabalhadoras, além de assessoria ao movimento sindical.

⁸³ **OS AVANÇOS E RETROCESSOS NOS DIREITOS HUMANOS DO BRASIL.** Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/os-avancos-e-os-retrocessos-nos-direitos-humanos-no-brasil>>. Acesso em 02 de novembro de 2017.

⁸⁴ Ibid.

Sendo assim, podemos observar que o cenário político atual do Brasil não condiz com as diretrizes que devem ser seguidas rumo ao caminho pela cultura de paz. Entretanto, mesmo com os bruscos cortes orçamentários destinados à educação, as mudanças nos programas sociais, de saúde, etc. além da polêmica da reforma trabalhista, o governo ilegítimo e retrógrado de Temer não foi capaz de frear todas as conquistas sociais alcançadas no governo anterior.

Dentre essas conquistas, podemos destacar a Lei do Femicídio, sancionada em março de 2015 pela então presidente Dilma Rousseff, responsável por transformar em crime hediondo o assassinato de mulheres decorrente de violência doméstica ou de discriminação de gênero.

O feminicídio diz respeito ao assassinato de uma mulher apenas pela condição de ser mulher. Dentre os motivos mais comuns estão o ódio, o desprezo ou o sentimento de perda da propriedade sobre as mulheres, em uma sociedade marcada pela desigualdade de gênero, como é a sociedade brasileira⁸⁵.

Desse modo, a presidente considerou a lei como o segundo passo rumo a um marco legal em defesa das mulheres, após a Lei Maria da Penha e destacou que:

O Brasil é o 16º país da América Latina a ter uma lei específica que protege a mulher quando há morte pelo fato dela ser mulher, seja dentro de casa, seja fora de casa. Isso significa que se transforma em crime hediondo⁸⁶.

De acordo com o Mapa da Violência de 2015, o Brasil se encontra entre os países com o maior índice de assassinatos de mulheres no mundo, com uma taxa de 4,8 mortes em 100 mil, ocupando a sétima posição em um ranking composto por 84 nações⁸⁷.

Segundo Dilma, “os números nos chocam e eles mostram mulheres submetidas a uma violência inaceitável, que ocorre em todas as classes sociais, sobretudo dentro de casa”. Para ela, essa violência tem origem na ignorância e no preconceito e deve ser

⁸⁵ **O QUE É FEMINICÍDIO?** Disponível em: <<https://draflaviaortega.jusbrasil.com.br/artigos/337322133/feminicidio-art-121-2-vi-do-cp>>. Acesso em 02 de novembro de 2017.

⁸⁶ **DILMA SANCIONA LEI QUE TORNA ASSASSINATO DE MULHERES NO AMBITO FAMILIAR EM CRIME HEDIONDO.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2015/03/dilma-sanciona-lei-que-transforma-assassinato-de-mulheres-no-ambito-familiar-em-crime-hediondo>>. Acesso em 02 de novembro de 2017.

⁸⁷ **MAPA DA VIOLÊNCIA 2015: HOMICÍDIO DE MULHERES NO BRASIL.** Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia2015_atual_mulheres.pdf>. Acesso em 02 de novembro de 2017.

combatida por todos, uma vez que a lei só poderá se efetivar com a mobilização de toda a sociedade, que precisa estar alerta e denunciar os abusos⁸⁸.

Dessa maneira, a lei do feminicídio vai de encontro com a mesma ideologia no que diz respeito ao eixo da igualdade de gênero que norteia a cultura de paz. Isto é, a lei do feminicídio se torna uma ação governamental poderosa e, mais do isso, uma ferramenta e tanto no combate a igualdade de gênero e não violência da mulher, se tornando uma forte precursora para o caminho da cultura de paz.

Como já foi frisado anteriormente, para que uma cultura de paz realmente se propague de maneira efetiva, precisamos não só do empenho da sociedade como um todo, mas principalmente dos governantes, uma vez que são os responsáveis por representarem o Estado e capazes de efetivarem as demandas da sociedade através das leis. Entretanto, a crise política em que o Brasil se encontra, advinda não só pós-impeachment da presidente Dilma Rousseff, mas que se arrasta desde que os veículos midiáticos brasileiros começaram a expor de maneira excessiva que, a corrupção que assola o país a cada dia mais, está atrelada somente à esquerda e, mais precisamente, ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Nesse sentido, podemos dizer que a grande mídia colaborou para a instalação de um sentimento de ódio contra o Partido dos Trabalhadores por parte da população, além de uma crescente “banalidade do mal” de pessoas que defendem abertamente o golpe de estado através da intervenção militar, a pena de morte para “quem merece”, a disseminação da posse das armas de fogo, a diminuição da maioria penal, o avanço dos presídios privados, a entrega do pré-sal aos interesses do capital internacional etc.

Consequentemente, tais medidas advindas com a crise política ferem, principalmente, no que concernem as premissas dos direitos humanos bem como a cultura de paz em sua totalidade. Contudo, isso não significa que a “ponte governamental” que ajuda a nos guiar para uma cultura de paz se encontra totalmente inativa, mas sim inacabada e precisando de reformas constantes.

Desse modo, as organizações não-governamentais, formadas pela sociedade civil, surgem como um novo atalho para quando o caminho governamental estiver obstruído. No tópico a seguir, discutiremos a respeito das ações das organizações não-

⁸⁸ **DILMA SANCIONA LEI QUE TORNA ASSASSINATO DE MULHERES NO AMBITO FAMILIAR EM CRIME HEDIONDO.** Op. Cit. Acesso em 02 de novembro de 2017.

governamentais, bem como sua área de atuação e seus feitos em prol de uma cultura de paz.

4.3 AÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

O termo ONG, referente às organizações não-governamentais, foi criado na década de 40 no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), a fim de eleger entidades não oficiais, que auferiam recursos financeiros de órgãos públicos, com o intuito de executar projetos de interesse social em prol do desenvolvimento da comunidade.

Também chamadas de “terceiro setor”, foi só nos anos 1980 que as ONGs conquistaram seu devido espaço e passaram a ser sinônimo de esperança, criando a conexão que faltava entre as instituições governamentais e a sociedade civil. Ou seja, elas passaram a atuar preenchendo as lacunas deixadas pelo governo principalmente em relação à assistência dos problemas sociais, ambientais e, em algumas situações, até econômicos. Desse modo, as organizações passaram a despertar um espírito de cooperação nos seus participantes se tornando uma sólida ferramenta de mobilização social e contribuindo ainda para a manutenção da democracia, uma vez que se torna um espaço no qual as minorias se fazem ouvir mais facilmente⁸⁹.

As crescentes transformações sociais e a realidade econômica exigiram que a sociedade civil passasse a se organizar em função de realizar as suas próprias necessidades, uma vez que a capacidade governamental em gerir tais demandas atingiu seu limite. Assim, instituições privadas de serviços sociais, universidades, escolas, hospitais e outras diversas organizações sem fins lucrativos, não governamentais e compostas por voluntários começam a se disseminar mundo a fora, propagando uma mobilização social.

A partir desse ponto, as ações voluntárias, sem fins lucrativos, filantrópicas e de desenvolvimento social marcam o campo em que as organizações não-governamentais, também chamadas de “terceiro setor”, atuam. De acordo com Cardoso:

Estas ações descrevem um espaço de participação e experimentação de novos modos de pensar e agir sobre a realidade social, rompendo a dicotomia

⁸⁹ LANDIM, Leilah. **A Invenção das ONGs**. Do serviço invisível à profissão sem nome. 1993. 239 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993. Acesso em 04 de novembro de 2017.

entre público e privado, na qual público era sinônimo de estatal e privado de empresarial. Vê-se o surgimento de uma esfera pública não estatal e de iniciativas privadas com sentido público⁹⁰.

Nesse contexto, as ações que as ONGs exercem tem um papel muito significativo, principalmente no Brasil, levando em conta o declínio que as políticas sociais têm sofrido e que a assistência e proteção social a sociedade passam a se reestabelecer através de projetos criados pelas ONGs, visando à garantia dos direitos sociais. E é diante desse contexto que as ONGs conquistaram seu espaço. Dentre as variadas atividades que as mesmas exercem, as que tangem o combate à pobreza, a integração dos excluídos do mercado de trabalho e de assegurar as necessidades básicas da população em processo de exclusão e vulnerabilidade social fizeram com que as ONGs ganhassem peso, tanto nacional quanto internacionalmente.

No Brasil, na década de 1980, o país passava por um processo de redemocratização, fazendo com que as ONGs atuassem como um novo meio de comunicação entre o Estado e a sociedade civil, que antes só podia expressar suas vontades por meio de movimentos sociais ou de partidos. Já a próxima década, pós-ditadura militar, é marcada por um “boom” no que diz respeito ao surgimento de associações e fundações privadas por todo o país. O cenário de abertura de mercado e de reforma do Estado brasileiro propiciou o desenvolvimento dessas instituições.

De fato, a década de 1990 foi marcada pela participação das ONGs em campanhas e fóruns como a Conferência Mundial de Meio Ambiente (ECO-92), que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, na qual as ONGs brasileiras ganharam destaque representando um dos principais atores na conferência oficial, que reuniu movimentos sociais de todo o mundo para a discussão do desenvolvimento sustentável, e a Campanha Contra Fome e pela Solidariedade. Foram esses dois movimentos, sendo o primeiro destinado à preservação do meio ambiente e o segundo em prol da população brasileira em condições de pobreza, que iniciaram os debates a respeito dos encadeamentos de suas missões.

De acordo com Tenório:

⁹⁰ CARDOSO, R.; **Fortalecimento da Sociedade Civil**, in: IOSCHPE, E. B. (org). Terceiro Setor: Desenvolvimento Social Sustentado, 2000, segunda edição, São Paulo, edição GIFE e editora Paz e Terra. Acesso em 04 de novembro de 2017.

As ONGs são organizações sem fins lucrativos, autônomas, isto é, sem vínculo com o governo, voltadas para o atendimento das necessidades de organizações de base popular, complementando a ação do Estado. Têm suas ações financiadas por agências de cooperação internacional, em função de projetos a serem desenvolvidos, e contam com o trabalho voluntário⁹¹.

Dessa maneira o papel das ONGs é garantir direitos à população, utilizando como ferramentas o conhecimento e a competência histórica, sem que haja substituição dos governos e nem remediando as consequências que o capitalismo trouxe para as questões sociais, e tampouco amenizar as forças do livre mercado. As ONGs são nada mais do que atores sociais que fazem parte da sociedade civil e que, assim como outros atores, trabalham em prol de uma sociedade democrática⁹².

Ainda, de acordo com Tenório:

A participação da sociedade civil é tão importante no Estado como no mercado, e sua intervenção deve ser no plano da mobilização, organização e participação para o enfrentamento de questões não econômicas, como por exemplo: meio-ambiente, direitos humanos, violência, prostituição infanto-juvenil, família, solidariedade, mobilização, conhecimento, entre outros. Assim, visando garantir autonomia, identidade e democratização⁹³.

Diante desse contexto, as ONGs se tornam importantes aliadas no que tange às ações de uma cultura de paz e servem como instrumento emancipador quando o Estado é falho. Isto é, quando a sociedade civil demanda suas necessidades para o Estado que, em primeira instância é quem deveria suprir qualquer tipo de necessidade de sua população, porém não obtém nenhum tipo de resultado muitas vezes pela burocratização do Estado, as ONGs surgem justamente como “encurtadoras de caminhos” acatando tais necessidades da população de maneira mais rápida e eficaz e, principalmente, as demandas das minorias visando uma maior democratização.

Como já frisado anteriormente, o Brasil conta com diversas ONGs que exercem um papel expressivo na sociedade. A seguir discutiremos a respeito de algumas delas que são responsáveis por criar ações e projetos em prol de uma cultura de paz, através do fortalecimento da educação, dos direitos humanos e da igualdade de gênero.

⁹¹ TENÓRIO, Fernando G. **Gestão de ONGs: principais funções gerenciais**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p.11. Acesso em 04 de novembro de 2017.

⁹² MENESCAL, Andréa Koury. **História e gênese das organizações não governamentais**. In: GONÇALVES. Hebe Signorini (org.) **Organizações Não Governamentais: solução ou problema**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. Acesso em 04 de novembro de 2017.

⁹³ TENÓRIO, Fernando G. **Gestão de ONGs: principais funções gerenciais**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. Acesso em 04 de novembro de 2017.

A respeito da educação, as ONGs Parceiros da Educação⁹⁴, Avante⁹⁵ e Todos Pela Educação⁹⁶, são apenas alguns exemplos de organizações que atuam no Brasil com o mesmo propósito de contribuir para a formação do cidadão através de uma educação de qualidade nas redes públicas, por meio de parcerias entre a sociedade civil, escolas e secretarias de educação, visando à garantia dos direitos sociais básicos, o fortalecimento da sociedade civil e impactar políticas públicas educacionais.

No que tange os direitos humanos as organizações não-governamentais brasileiras também se fazem presentes com inúmeras instituições que lutam pelos direitos sociais. Como exemplo, o Olodum, que além de bloco de carnaval e banda, é uma ONG que trabalha, desde 1979, com a tradição e a memória afrodescendente, a questão do orgulho negro, bem como a inclusão e a diversidade cultural e utilizam a música e a cultura africanas como suas ferramentas. Além disso, também utilizam a banda, a escola, o bloco, o teatro e a casa Olodum e uma vasta gama de projetos, como por exemplo, o Curso de Empreendedorismo Cultural, que de acordo com informações extraídas do site, “instrumenta os jovens para elaborar, promover e captar recursos para projetos culturais”⁹⁷.

Como outro exemplo temos a Operação Amazônia Nativa, a OPAN, que foi a primeira organização indigenista criada no Brasil em 1969. De acordo com o site do projeto,

A organização atua pelo fortalecimento do protagonismo indígena no cenário regional, valorizando sua cultura, seus modos de organização social através da qualificação das práticas de gestão de seus territórios e recursos naturais, com autonomia e de forma sustentável⁹⁸.

Além de também trabalhar com a questão de demarcação de territórios, a OPAN conta com programas voltados para a saúde, como questões de imunização e controle de epidemias, etc., bem como programas voltados para a educação e de alternativas econômicas sustentáveis. Dentre os objetivos da OPAN, destacam-se não somente o apoio a povos indígenas e o reconhecimento de seus direitos, mas também a questão da

⁹⁴ **PARCEIROS DA EDUCAÇÃO**. Disponível em: <<http://www.parceirosdaeducacao.org.br/quem-somos/>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

⁹⁵ **AVANTE**. Disponível em: <<http://www.avante.org.br/missao/>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

⁹⁶ **TODOS PELA EDUCAÇÃO**. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/o-tpe/>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

⁹⁷ **OLODUM**. Disponível em: <<http://olodum.com.br/olodum-social/>>. Acesso em 05 de novembro de 2017.

⁹⁸ **OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA**. Disponível em: <<http://amazonianativa.org.br/Institucional.html>>. Acesso em 05 de novembro de 2017.

defesa dos direitos humanos, a preservação do meio ambiente, bem como o desenvolvimento de pesquisas socioeconômicas e ambientais e formação de equipes para executar projetos⁹⁹.

Ainda, as organizações não-governamentais também contribuem para a igualdade de gênero. A ONU Mulheres, “entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres”, surge em 2010 como uma nova liderança global para unir, fortalecer e ampliar os esforços mundiais em defesa dos direitos humanos das mulheres e meninas, seguindo as premissas fundamentais de que toda e qualquer mulher ou menina no mundo “têm o direito a uma vida livre de discriminação, violência e pobreza, e de que a igualdade de gênero é um requisito central para se alcançar o desenvolvimento”¹⁰⁰.

A organização segue os compromissos do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), que diz respeito à defesa dos direitos humanos, especialmente por apoiar os movimentos em prol da mulher e feministas, atuando em seis distintas áreas: empoderamento econômico, liderança e maior participação política das mulheres, fim da violência contra mulheres e meninas de todas as idades, paz e segurança, governança e planejamento, normas globais e regionais¹⁰¹.

A criação do movimento “ElesPorElas” (HeForShe), em 2014, pelo Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, e pela Embaixadora da Boa Vontade da ONU Mulheres, Emma Watson, reforça essas premissas e convida pessoas de todos os gêneros, raças, sexos, etnias e classes sociais de todo o mundo para se mobilizarem a fim de derrubar qualquer tipo de barreira, social ou cultural, que impeça as mulheres de gozar de seus direitos humanos¹⁰².

Desde a sua criação o movimento reuniu milhares de pessoas pelo mundo, sendo chefes de Estados, CEOs, personalidades globais e pessoas de diferentes classes sociais, que se comprometeram com a causa da igualdade de gênero. Dessa forma, o movimento não se limita apenas aos homens e mulheres, mas engloba todos e todas que

⁹⁹ Ibid.

¹⁰⁰ **ONU MULHERES.** Disponível em: < <http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>>. Acesso em 05 de novembro de 2017.

¹⁰¹ Ibid.

¹⁰² **HEFORSHE (ELESPORELAS).** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/campanha/heforshe/>>. Acesso em 05 de novembro de 2017.

compartilham da visão de que a igualdade de gênero é uma questão de justiça que diz respeito a toda humanidade.

No Brasil a criação do Comitê Nacional Impulsor ElesPorElas, por parte da ONU Mulheres, reúne empresas, universidades, governos, sociedade civil e a mídia que promovem ações para uma maior participação da sociedade brasileira. Uma iniciativa utilizada, chamada “Impacto 10x10x10”, envolve 10 empresas, 10 universidades e 10 governos mundiais, conta com a Universidade de São Paulo (USP) como sendo a única universidade da América Latina a fazer parte dessa iniciativa¹⁰³.

Dessa forma, podemos concluir que tanto o movimento ElesPorElas como todos os outros movimentos criados por ONGs citados anteriormente, são poderosas ferramentas que contribuem para a propagação de uma cultura de paz em âmbitos diversos mas que se correlacionam, sendo eles a educação, os direitos humanos e a igualdade de gênero.

Entretanto essa participação da sociedade civil em relação às ONGs ainda se encontra tímida pela falta de confiança, e muitas vezes também pela falta de informação, por determinada parcela da população brasileira que desconhece o que fazem e, principalmente, como se sustentam as ONGs.

Nesse sentido, não podemos culpar essa falta de credibilidade que muitas pessoas atrelam as ONGs por existirem muitos casos de corrupção nas mesmas. Nessa relação triangular entre o governo, o capital e a sociedade civil, a corrupção pode aparecer em qualquer uma dessas esferas, prejudicando a organização e gerando a má fama.

Entretanto, assim como a busca pela paz deve ser permanente e praticada todos os dias, a sociedade civil por ser a grande demandante da efetivação de uma cultura de paz, deve se conscientizar dos meios que ajudam a desenvolver esse cenário e colaborar nesse sentido, tendo em vista que as ONGs são grandes aliadas na efetivação desse processo.

¹⁰³ **ONU MULHERES.** Disponível em: < <http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>>. Acesso em 05 de novembro de 2017.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tem como objetivo central estudar a cultura da paz enquanto uma via para a emancipação humana.

Para tanto, inicialmente a pesquisa apresentou um breve histórico acerca do surgimento do conceito de cultura de paz, bem como da criação do Programa de Ação Cultura de Paz e as abordagens que os Estudos para a Paz trouxeram representando importantes ferramentas para a execução do Programa de Ação, tanto no âmbito da UNESCO e da ONU, como no âmbito estatal e das organizações não-governamentais.

Em seguida, trouxe à tona o surgimento dos “novos temas” que passaram a englobar as agendas das organizações internacionais no pós Guerra Fria, destacando de que maneira eles representam os grandes desafios para a fomentação de uma cultura de paz. O subdesenvolvimento dos países periféricos e, conseqüentemente, os problemas políticos, sociais e econômicos se tornam fortes propagadores das chamadas novíssimas guerras. Dessa forma, o trabalho mostrou de que maneira essas novíssimas guerras surgem e a importância da cultura de paz como instrumento emancipador.

Ainda, a pesquisa relacionou os eixos temáticos selecionados do Programa de Ação Cultura de Paz, sendo eles a educação para paz, os direitos humanos e a igualdade de gênero e discorreu a respeito de que modo tais eixos se tornam poderosos instrumentos para a fomentação da cultura de paz.

Também foram expostas as ações da UNESCO, as ações governamentais e as ações das organizações não-governamentais, pois assim como sugere o próprio Programa de Ação da Cultura de Paz, para que haja a efetivação do programa é necessário que todos estejam envolvidos, seja a sociedade civil, os Estados, as ONGs, as organizações internacionais e qualquer tipo de instituição.

Já no que diz respeito à atuação da UNESCO, o trabalho relatou como se deu o surgimento do Programa de Ação Cultura de Paz e discorreu a respeito do programa que

foi o primeiro projeto-piloto realizado em El Salvador. O projeto tinha como seu principal objetivo reconstruir os meios sociais, políticos e também econômicos, após 12 anos de conflitos intensos na região, por meio da propagação da educação, dos direitos humanos e, principalmente, dos direitos das mulheres, mostrando ainda, os meios utilizados para tal ação e os resultados obtidos.

No que tange às ações governamentais, a pesquisa se dedicou em mostrar as atividades exercidas no âmbito brasileiro, trazendo uma breve contextualização acerca das funções do Estado, foi retratado de que maneira a sociedade civil pode colaborar com a criação de projetos de leis através das políticas públicas e, ainda, foram citados exemplos de programas e leis criadas pelo governo brasileiro que propiciam a fomentação de uma cultura de paz.

No âmbito das organizações não-governamentais a pesquisa também manteve seu foco nas ONGs brasileiras. Aqui também foi feita uma breve contextualização histórica desde a criação do termo ONG no âmbito das Nações Unidas até os dias atuais e a força que esse tipo de organização conquistou com o passar dos anos. As ONGs retratadas no presente trabalho mostram que o trabalho que vem sendo feito pelas mesmas é de grande relevância principalmente no que diz respeito à responsabilidade social.

Sendo assim, a pesquisa se preocupou em mostrar, através dos fatos, de que a paz pode e deve ser construída todos os dias por todo e qualquer indivíduo, comunidade, Estado, instituições e organizações de todos os tipos. Quando unimos as ações da UNESCO, a grande propagadora da cultura de paz, dos Estados e das organizações não-governamentais, podemos observar um cenário de esperança, mesmo que ainda aja muito o que ser feito.

Muitos são os desafios que concernem à cultura de paz, principalmente a nível estatal, já que todos os Estados são soberanos e responsáveis por suas ações. É por isso que a participação da sociedade civil se faz tão importante nesse quesito e pode fazer das organizações não-governamentais suas grandes aliadas para quando o Estado se fizer falho em determinadas questões, principalmente sociais.

O caminho rumo à cultura de paz deve ser visto como um processo de constante transformação, uma vez que os cenários internacionais estão sempre se alterando, mas que segue fortemente os princípios de respeito à vida, a não-violência, cultivar a generosidade a fim de acabar com a exclusão, a injustiça e a opressão política e

econômica, defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural, preservar o planeta e redescobrir a solidariedade.

Não obstante, os três eixos selecionados do Programa Cultura de Paz para o presente trabalho são aliados importantíssimos no combate à violência e auxiliam a garantir um estado social digno no qual tudo possa ser preservado e respeitado. Dessa forma, o eixo da educação para a paz se faz extremamente relevante ao criar programas e projetos no âmbito educacional para a propagação da paz, incentivando milhares de crianças e jovens a construir um futuro próspero respeitando as premissas do Programa Cultura de Paz e, assim, se tornando cidadãos mais conscientes no pensar e agir social a fim de transformar suas realidades sociais.

Já o eixo dos direitos humanos servem como combatentes a constrangimentos individuais ou de grupos sociais, propiciando um cenário mais ou menos proporcional no que diz respeito aos termos sociais, que por sua vez, pode vir a moderar os conflitos entre grupos étnicos, religiosos, sociais, etc. Para além, o eixo da igualdade de gênero também se mostra extremamente importante visto que os índices de violência contra a mulher ainda são alarmantes.

Entretanto, ainda existem certas dificuldades no que concerne à ONU, UNESCO e dos Estados para a efetivação de uma cultura de paz. Como exemplo, podemos citar a recente saída dos Estados Unidos e Israel da UNESCO devido ao suposto “discurso anti-semita” da organização. Os Estados Unidos se queixaram dos crescentes atrasos nos pagamentos da UNESCO, além de defender que é necessária uma reforma fundamental da organização e a acusou de possuir uma contínua tendência anti-Israel.

O governo de Israel acatou a saída dos Estados Unidos da organização e parabenizou o presidente Trump pela decisão dizendo que a UNESCO em vez de preservar a história a distorce. O embaixador israelense para a UNESCO recomendou que Israel deveria seguir os passos dos Estados Unidos e se retirar imediatamente contestando que a organização perdeu sua razão por considerar políticas de certos países.

Além disso, a admissão da Palestina como membro pleno da UNESCO, a primeira entidade da ONU a reconhecer o país, enfrentou um boicote econômico por parte dos Estados Unidos como forma de protesto.

Entretanto essas atitudes, principalmente por parte dos Estados Unidos, mostram uma certa rejeição aos esforços da comunidade internacional para o avanço do processo de paz, uma vez que, se a saída dos Estados Unidos da organização realmente se efetivar, pode acarretar resultados extremamente negativos para UNESCO por passar a não refletir a realidade geopolítica do mundo. Além disso, a organização sendo a mais relevante e comprometida com educação, cultura e ciência a nível global, pode passar a ter sua viabilidade contestada por não integrar um dos maiores atores do mundo.

Outro ponto importante a destacar é a questão da ascensão do conservadorismo no mundo. A eleição de Donald Trump, que não era só um candidato conservador como se elegeu sob uma plataforma conservadora de *“make America great again”*, a ascensão de partidos de extrema-direita na Europa e, até mesmo no Brasil, o conservadorismo tornou-se mais intenso e o surgimento de políticos conservadores como Jair Bolsonaro, ditam regras que vão contra os avanços conquistados principalmente no que tange os direitos humanos.

Por exemplo, no último dia 08 de novembro, foi aprovada pela bancada dos evangélicos, extremamente conservadores, na Câmara dos Deputados um projeto de lei criminaliza o aborto até em casos de estupros. Uma vez que os direitos das mulheres e meninas é parte integrante e indivisível dos direitos humanos, uma prática como o aborto, vai totalmente contra os princípios de que fomentam uma cultura de paz.

Outro caso que também vai contra os princípios de uma cultura de paz, é o caso que ocorreu recentemente em Charlottesville, nos Estados Unidos, no qual grupos de extrema-direita marcharam contra um projeto que visa retirar a estátua do general confederado Robert E. Lee, que lutou a favor da escravidão na guerra civil americana. Dentre os responsáveis pela organização da marcha estão os neonazistas, os membros do KuKluxKlan (KKK) e também os integrantes da direita alternativa (*AltRight*), que, em partes, apoiaram a eleição presidencial de Donald Trump, que deixa claro seu conservadorismo exacerbado através de suas ações sempre polêmicas.

Dentre elas, o protecionismo comercial, a assinatura de um decreto que vai contra o Plano de Ação para o Clima, do governo de Barack Obama, e abandona a política de redução de energias poluentes, além das profundas alterações de acordos internacionais que passam a alterar a economia de diversos países signatários, sem contar o pesado investimento nas Forças Armadas do país e o “famoso” muro para separar os Estados

Unidos do México, vão totalmente contra a função que o Estado deveria exercer em prol de uma cultura de paz e, ainda, contra todos os princípios dos direitos humanos.

Em suma, podemos dizer que a forte onda de conservadorismo mundial tem afetado negativamente a propagação da cultura de paz bem como a emancipação humana, trazendo de volta cenários de violência, violação dos direitos humanos, intolerância e desrespeito, principalmente por parte dos Estados, que parecem querer voltar a serem ditadores.

Entretanto, governos e cenários políticos se alteram a todo tempo, mas a prática da construção diária de uma cultura de paz, bem como suas premissas, devem ser uma busca permanente tendo a sociedade civil como sua forte demandante e as organizações não-governamentais como suas grandes aliadas, para quando o Estado não for capaz de garantir os direitos civis, políticos e sociais de seus cidadãos.

REFERÊNCIAS

A FUNÇÃO DO ESTADO EM HOBBS. 2008. Disponível em: <<http://meriva.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3456/1/000402094-Texto%2bCompleto-0.pdf>>. Acesso em 27 de outubro de 2017.

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR ATRAVÉS DOS CONSELHOS MUNICIPAIS NA FORMULAÇÃO E APLICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO LOCAL. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/44883/a-importancia-da-participacao-popular-atraves-dos-conselhos-municipais-na-formulacao-e-aplicacao-de-politicas-publicas-no-ambito-local>>. Acesso em 02 de novembro de 2017.

A INTERDEPENDENCIA COMPLEXA E A QUESTÃO DOS DIREITOS HUMANOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1584/1052>>. Acesso em 20 de outubro de 2017.

ALVES, José Augusto Lindgren. **Relações Internacionais e Temas Sociais: a década das conferências.** Brasília: IBRI, 2001. p. 211.

ANISTIA INTERNATIONAL. **UN troops implicated in rape of girl and indiscriminate killings must be investigated.** 2015. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/en/latest/news/2015/08/car-un-troops-implicated-in-rape-of-girl-and-indiscriminate-killings-must-be-investigated/>>. Acesso em: 29 de outubro de 2017.

AVANTE. Disponível em: <<http://www.avante.org.br/missao/>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

CALLO, Jorge Iván Hübner. **Panorama de Los Derechos Humanos.** Buenos Aires: Editora da UBA, 1977, p.11-12.

CARDOSO, R.; **Fortalecimento da Sociedade Civil**, in: IOSCHPE, E. B. (org). Terceiro Setor: Desenvolvimento Social Sustentado, 2000, segunda edição, São Paulo, edição GIFE e editora Paz e Terra. Acesso em 04 de novembro de 2017.

CARVALHO, Alysson. **Políticas Públicas.** Belo Horizonte: Ed. UFMG; Proex, 2002, p. 12.

CARVALHO, Gilberto, **Rev. Carta Inter.** Belo Horizonte, v. 12, n. 1, 2017, p. 5-12.

COMITÊ PAULISTA PARA A DÉCADA DA CULTURA DE PAZ 2001-2010. Disponível em: <http://comitepaz.org.br/comitepaz-wp/index.php/cultura-de-paz-atraves-da-educacao/>. Acesso em 06 de setembro de 2017.

CULTURA DE PAZ: Estratégias, Mapas e Bússolas. Feizi M. Milani, Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus (organizadores). – Salvador: INPAZ, 2003. p. 5.

DILMA SANCIONA LEI QUE TORNA ASSASSINATO DE MULHERES NO AMBITO FAMILIAR EM CRIME HEDIONDO. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2015/03/dilma-sanciona-lei-que-transforma-assassinato-de-mulheres-no-ambito-familiar-em-crime-hediondo>. Acesso em 02 de novembro de 2017.

DUFFIELD, Mark. **Global Governance and the New Wars: The Merging of Development and Security.** London: Zed Books, 2001.

EDUCAÇÃO: QUESTÃO DE ESTADO E NÃO DE GOVERNO. Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/colunistas/reginaldolopes/322440/Educa%C3%A7%C3%A3o-quest%C3%A3o-de-estado-e-n%C3%A3o-de-governo.htm>. Acesso em: 02 de novembro de 2017.

GALTUNG, Johan. **Cultural Violence.** Journal of Peace Research, v. 27, n. 3, 1990, p. 291.

_____. **Pacifism from a Sociological Point of View.** Journal of Conflict Resolution, v. 3, n. 1, 1959, p. 67-84.

_____. **Peace by Peacefull Means.** London: SAGE, 1996, p. 9.

_____. **Twenty-Five Years of Peace Research: Ten Challenges and Some Responses.** Journal of Peace Research, v. 22, n. 2, 1985, p. 141-158.

_____. **Violence, Peace and Peace Research.** Journal of Peace Research, v. 6, n. 3, 1969, p. 167-191.

“GUERRA” ENTRE EUA E COREIA DO NORTE. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-41392140>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

HEFORSHE (ELESPORELAS). Disponível em: <https://nacoesunidas.org/campanha/heforshe/>. Acesso em 05 de novembro de 2017.

HÖFFE, Otfried. **Justiça Política.** São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 417.

JCR.An Editorial.**Journal of Conflict Resolution**, v. 1, n. 1, 1957, p. 1-2.

JPR.An Editorial.**Journal of Peace Research**, v. 1, n. 1, 1964, p. 1-4.

KALDOR, Mary. **Las Nuevas Guerras. Violencia organizada em la era global.** Barcelona: Tusquets Editores, 2001, p.143.

KRUG ET AL., 2002, p. 5.

LANDIM, Leilah. **A Invenção das ONGs.** Do serviço invisível à profissão sem nome. 1993. 239 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993. Acesso em 04 de novembro de 2017.

LEAL, Andréa Fachel. **Violência contra a mulher, um problema de saúde pública.** 2009. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Violencia-contra-a-mulher-um-problema-de-saude-publica/5/15366>>>. Acesso em: 27 de outubro de 2017.

MAPA DA VIOLÊNCIA 2015: **Homicídio De Mulheres No Brasil.** Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia2015_atual_mulheres.pdf>. Acesso em 02 de novembro de 2017.

MENESCAL, Andréa Koury. **História e gênese das organizações não governamentais.** In: GONÇALVES. Hebe Signorini (org.) Organizações Não Governamentais: solução ou problema. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. Acesso em 04 de novembro de 2017.

NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030. Objetivo 5: Igualdade de Gênero.** Informações disponíveis em <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods5/>> . Acesso em 02 de novembro de 2017.

_____. **An Agenda for Peace.** New York: United Nations, 1992. Acesso em 14 de outubro de 2017.

_____. **Constituição Das Organizações Das Nações Unidas.** 1945. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/carta/>>. Acesso em 02 de setembro de 2017.

_____. **Declaração de Pequim adotada pela quarta conferência Mundial sobre as Mulheres: Ação para igualdade, desenvolvimento e paz.** 1995. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comitê-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/DecPequimquartconfmulh.html>>. Acesso em 25 de outubro de 2017.

_____. **Preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos do Homem.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>>. Acesso em: 20 de outubro de 2017.

_____. **Resolução 1325 do Conselho de Segurança.** 18 de outubro de 2000. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/plano-nacional-de-acao-sobre-mulheres-paz-e-seguranca/14060-o-brasil-e-a-agenda-de-mps>>. Acesso em 25 de outubro de 2017.

NDULO, Muna. **The United Nations Responses to the Sexual Abuse and Exploitation of Women and Girls by Peacekeepers During Peacekeeping Missions.** Berkeley

Journal of International Law, v.27, n.1, p.127-161, 2009. Disponível em: <<http://scholarship.law.berkeley.edu/bjil/vol27/iss1/5/>> Acesso em: 25 de outubro 2017.

O'BRIEN, Melanie. **Overcoming boys-will-be-boys syndrome: Is prosecution of peacekeepers in the International Criminal Court for trafficking, sexual slavery and related crimes against women a possibility?**. 2004. 85 f. Dissertação (Mestrado) – University of Lund, Faculty of Law, Lund. Disponível em: <<http://lup.lub.lu.se/luur/download?func=downloadFile&recordId=1554856&fileId=1563466>>. Acesso em: 20 de outubro de 2017.

OLODUM. Social. Disponível em: < <http://olodum.com.br/olodum-social/>>. Acesso em 05 de novembro de 2017.

ONU MULHERES. Disponível em: < <http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>>. Acesso em 05 de novembro de 2017.

ONU IMPLEMENTA NOVAS **Medidas para combater abuso sexual envolvendo Missões de Paz**. Nações Unidas no Brasil. Agosto de 2016. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/onu-implementa-novas-medidas-para-combater-abuso-sexual-envolvendo-missoes-de-paz/>>. Acesso em: 13 de outubro. 2017.

OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA. Disponível em: <<http://amazonianativa.org.br/Institucional.html>>. Acesso em 05 de novembro de 2017.

O QUE É FEMINICÍDIO? Disponível em: <<https://draflaviaortega.jusbrasil.com.br/artigos/337322133/feminicidio-art-121-2-vi-do-cp>>. Acesso em 02 de novembro de 2017.

OS AVANÇOS E RETROCESSOS NOS DIREITOS HUMANOS DO BRASIL. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/os-avancos-e-os-retrocessos-nos-direitos-humanos-no-brasil>>. Acesso em 02 de novembro de 2017.

PARAJON, Francisco L.; LOURENÇO, Mirta; ADAMS, David. **The UNESCO Culture Peace Programme in El Salvador: An Initial Report**. Disponível em: <http://ww.gmu.edu/academic/ijps/vol11_2/UNESCO.htm>. Acesso em 03 de novembro de 2017.

PARCEIROS DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://www.parceirosdaeducacao.org.br/quem-somos/>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

PUREZA, José Manuel; CRAVO, Teresa. **Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz**. Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 71, 2005, p. 10.

RAYOL, Natalia Fontoura. **Heróis ou vilões? O abuso e a exploração sexual por militares em Missões de Paz da ONU**. Pergamum. PUC-Rio, 2009. Disponível em: <http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/index.php?codObra=0&codAcervo=179883&posicao_atual>

=67&posicao_maxima=203&tipo=bd&codBib=0&codMat=&flag=&desc=&titulo=Publica%E7%F5es%20On-Line&contador=0&parcial=&letra=H&lista=E>. Acesso em 28 de outubro de 2017.

SIMIC, Olivera. **Regulation of Sexual Conduct in UN Peacekeeping Operations**. Berlim: Springer, 2012.

TENÓRIO, Fernando G. **Gestão de ONGs: principais funções gerenciais**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p.11. Acesso em 04 de novembro de 2017.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/o-tpe/>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

UNA AGENDA PARA LA PAZ, BOUTROS-GALHI. Disponível em: <<http://www.relacionesinternacionales.info/ojs/article/view/285.html>>. Acesso em 10 de setembro de 2017.

UNESCO. **Constituição das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura**. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001472/147273por.pdf>>. Acesso em 03 de setembro de 2017.

_____. **Cultura De Paz: Da Reflexão À Ação**. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001899/189919por.pdf>>. Acesso em 06 de setembro de 2017.

_____. **Declaração de Yamoussoukro sobre a Paz na Mente dos Homens**. Disponível em: <http://www.pucsp.br/ecopolitica/documentos/cultura_de_paz/docs/declaracao_paz_homens.pdf>. Acesso em 03 de novembro de 2017.